

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

DISSERTAÇÃO

**DE BOA ESPERANÇA A CACHOEIRA: MEMÓRIA E
SENTIDOS IDENTITÁRIOS ÀS MARGENS DO RIO
PARNAÍBA (PI/MA)**

CLARISSE CAVALCANTE KALUME

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE.

DE BOA ESPERANÇA A CACHOEIRA: MEMÓRIA E SENTIDOS
IDENTITÁRIOS ÀS MARGENS DO RIO PARNAÍBA (PI/MA)

CLARISSE CAVALCANTE KALUME

Sob Orientação da Professora

Eli de Fátima Napoleão de Lima

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Setembro, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

CLARISSE CAVALCANTE KALUME

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**.

Dissertação aprovada em 31/10/2012

Eli de Fátima Napoleão de Lima, Dra. UFRRJ/CPDA
(Orientadora)

May Waddington, Dra. UFPI

Susana Cesco, Dra. CPDA/UFRRJ

Nada é mais importante no estudo do homem do que as suas relações com a água: com a água do mar, com a água dos rios, com a água condensada das nuvens, com a água de chuva e de degelo, com a água subterrânea, com a água que corre na seiva das plantas ou que circula nas artérias e nas veias dos animais. Por conseguinte o próprio sangue e a vida dos homens.

Gilberto Freyre

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Eli de Fátima Napoleão de Lima e todos os demais professores do PPGDAS/UFRRJ que se fizeram tão presentes, em especial o professor Andrey Cordeiro e Luís Flávio da Costa. Agradeço ainda às valiosas contribuições das bancas de qualificação e defesa, compostas pelos professores já mencionados e pelas professoras Susana Cesco (PPGDAS/UFRRJ) e May Waddington (UFPI).

A todos os entrevistados e amigos das vilas da Manga do Piauí e do Maranhão, que me oportunizaram a realização deste trabalho cedendo tão gentilmente seu tempo, suas casas, carinho e depoimentos valiosos, que vez por outra vagam espontaneamente pela minha memória, em especial Antônia Rabelo Camelo, Zilma Pereira da Silva, o canoeiro Didi, entre tantos outros homens, mulheres e crianças que me fizeram compreender os sentidos de vida às margens do rio Parnaíba. A Luis Paulo Lopes, que me concedeu entrevistas e materiais definidores dos rumos desta pesquisa.

Aos que fazem parte da minha vida desde muito antes deste trabalho ser concebido e que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para que ele fosse construído: meus pais Antonio de Pádua Francis Kalume e Maria das Graças Cavalcante Kalume e irmãos Deborah e Yussef Kalume; Marcelo Neder Cerqueira, Laila Sandroni, Isaura Bredariol, Conrado Castro, Luis Eduardo Dias Gauí, Daniella Diniz, Ricardo Borrmann e tantos outros companheiros de vida.

À Meg e à Zene, sem as quais eu não seria.

RESUMO:

KALUME, Clarisse. **De Boa Esperança a Cachoeira: memória e sentidos identitários às margens do rio Parnaíba (PI/MA)**. 2012. 78 p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2012.

Esta pesquisa objetiva identificar as interseções identitárias nas vilas da Manga, dois povoados ribeirinhos localizados ao sul dos estados do Piauí e Maranhão e frontalmente assentados às margens do rio Parnaíba. As percepções e expectativas dos locais quanto à instalação iminente de uma usina hidrelétrica em um trecho do rio Parnaíba próximo às vilas, o que ocasionará o remanejamento de grande parte de sua população, são o ponto de partida para a investigação proposta. Em função de sua localização às margens do referido rio, divisa desses estados, as vilas da Manga não fazem parte da mesmamacircunscrição político-administrativa. No entanto, por ocasião das aproximações históricas e culturais derivadas desta especificidade geográfica, a Manga ganha feições de “comunidade interestadual” atravessada por um rio que é, simultaneamente, elemento de integração e fronteira natural do Piauí e Maranhão. As memórias sobre a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, construída em 1970 no mesmo rio, 80 km à montante, também incidem sobre o universo de projeções sobre a nova barragem. Embora a UHE de Boa Esperança não tenha implicado em remoções nesta região, sua instalação alterou substancialmente o curso das águas e os ciclos naturais das cheias, provocando intensa erosão de suas margens e transformações abruptas nos modos de vida das populações à sua jusante, como a supressão da prática de agricultura de vazante. Considerando as vilas da Manga com um locus privilegiado de análise, o cerne deste trabalho reside na apreensão dos papéis e significados que o rio Parnaíba exerce em cada uma de suas margens e entre estas, ensejados por sua dupla condição de elo e fronteira.

Palavras-chave: Rio Parnaíba, vilas da Manga (MA/PI), UHE Boa Esperança.

ABSTRACT:

KALUME, Clarisse. **From Boa Esperança to Cachoeira: memory and senses of identity along the Parnaíba river (PI/MA)**. 2012. 78 p. Dissertação (Master Science of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2012.

This research aims to identify the identity intersections in the Manga villages, two villages located at the same point of the Parnaíba river, south of Piauí and Maranhão. The local perceptions and expectations regarding the impending installation of a hydroelectric plant on near the villages that will result in the relocation of part of its population, are the starting point for the proposed research. Due to its location along the Parnaíba river, border between two states, Manga villages belong to different administrative spheres both at municipal and state levels. However, because of the historical and cultural approximations facilitated by its geographic specificity, Manga wins the features of an "interstate community," traversed by a river that is both integration and natural boundary between Piauí and Maranhão. The memories concerning the hydroelectric plant of Boa Esperança, built at a distance of 80 km upstream of the same river in 1970, also affect the universe of projections on the new dam. Although this plant has caused relocations in this region, but its installation substantially altered the waters course and the natural flooding cycles of Parnaíba river, causing intense erosion of the margins and abrupt transformations in populations ways of living downstream. Considering the villages of Manga as a locus of privileged analysis, the core of this work lies in the apprehension the roles and meanings that Parnaíba river exerts on each bank and between them, having in mind its double bond and border condition.

Key-words: Parnaíba river, Manga villages (MA/PI), hydroelectric plant of Boa Esperança.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	7
NOTAS SOBRE A PESQUISA DE CAMPO	15
1 HISTÓRIA(S) DAS VILAS DA MANGA	17
2 UHE CACHOEIRA: O <i>HORIZONTE DE EXPECTATIVAS</i> MOLDADO PELA MEMÓRIA DE BOA ESPERANÇA	25
2.1 Transformações sentidas e esperadas	25
2.2 “... mas o projeto é do governo federal...” ³⁷	
3 “RIO ABAIXO, RIO ARRIBA”: REFLEXÕES SOBRE A VIDA À BEIRA DO PARNAÍBA	41
3.1 Rio Parnaíba: a fronteira (<i>com</i>) <i>unidade</i>	41
3.2 Um olhar em cada margem: dois estados, distintas perspectivas	44
CONCLUSÕES	50
FONTES	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXOS	56
A – Resolução N. 543, de 20 de julho de 1864	56
B – Despacho nº 374/2009 - DILIC/IBAMA	57
C – Ata da Audiência Pública da UHE Cachoeira do município de Floriano – PI	59
D - Ata da audiência pública da UHE Cachoeira do município de Barão de Grajaú– MA	62

INTRODUÇÃO

As vilas da Manga são duas localidades rurais ao sul dos estados do Piauí e Maranhão, compostas por dois povoados homônimos e frontalmente assentados às margens do rio Parnaíba. As vilas da Manga ficaram assim conhecidas por serem uma rota de travessia de boiadas entre as então províncias do Piauí e Maranhão, ambas pertencentes ao Estado do Grão-Pará e, posteriormente, ao Estado do Maranhão e Piauí até serem definitivamente desmembradas em 1774. O gado, oriundo dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará permanecia alguns dias em um cercado às margens do rio Parnaíba, onde era alimentado e amansado antes de seguir viagem. A expressão “manga” significa este cercado, existente dos dois lados do rio para evitar a dispersão do rebanho. Nessa região o Parnaíba sofre um ligeiro estreitamento de seu canal e as rochas afloradas e bancos de areia formam ilhas que também facilitavam a passagem das boiadas, especialmente na estiagem, entre os meses de julho e novembro.

A ocupação da região principia no lado maranhense em meados do século XVIII, como atesta uma de suas poucas construções originais, uma pequena igreja de Nossa Senhora da Conceição, fundada pelos jesuítas. Apesar do intenso esvaziamento demográfico, especialmente no Piauí, as vilas da Manga foram o berço dos dois municípios aos quais pertencem atualmente: Barão de Grajaú (MA) e Floriano (PI). A Manga do Piauí foi elevada à condição de vila em 1864, com povoamento expressivo (cerca de sete mil habitantes) e todo o aparato administrativo condizente, até a transferência da comarca para Colônia de São Pedro de Alcântara, atual Floriano, em 1890. Atualmente a população oscila em torno dos trezentos e cinquenta habitantes no Piauí e seiscentos no Maranhão.

Compreendida na zona de transição de dois biomas, o cerrado e a caatinga, a região tem clima quente e seco na maior parte do ano, especialmente entre agosto e novembro, com período de chuvas concentrado entre os meses de dezembro e fevereiro. A maior parte dos solos é de pouca aptidão agrícola, raso e com rochas afloradas, as chapadas. A agricultura normalmente é praticada nas áreas mais próximas ao rio, onde as terras são mais férteis e úmidas e os gêneros cultivados são basicamente o milho, o feijão, o arroz, a mandioca brava, para a produção de farinha e a macaxeira (aipim). A pesca e a criação de animais de pequeno porte voltados quase exclusivamente ao abastecimento interno são praticadas em menor escala, bem como a caça e o extrativismo, principalmente de côco babaçu para produção de óleo culinário. Até a década de 1970 a agricultura de vazante era uma prática corrente e grande variedade de verduras e legumes era produzida nos lamaçais e brejos resultantes das cheias, mas a instalação da usina hidrelétrica de Boa Esperança alterou sobremaneira o ciclo de cheias do Parnaíba, impossibilitando a atividade à jusante de boa parte do rio.

Além das atividades econômicas acima referidas, onde predomina a agricultura de subsistência, a renda é complementada pelo emprego em fazendas ou em casas de veraneio na função de caseiros, vaqueiros, roceiros e empregadas domésticas em regime contínuo ou de diárias. Alguns projetos de produção de frutas para exportação – manga, côco, melancia, entre outras - absorvem uma parte da mão de obra local. Em ambos os casos as condições de trabalho são em geral intermitentes e precárias. Há ainda alguns poucos cargos públicos e muitos moradores estão inscritos em programas de proteção social como o Bolsa Família, além do auxílio externo proveniente de familiares que trabalham na “rua” - sinônimo de centro urbano na linguagem local – de modo geral, na construção civil.

Em março de 2010 foram realizadas audiências públicas nas cidades de Floriano e Barão de Grajaú para discutir a viabilidade do projeto da Usina Hidrelétrica (UHE) Cachoeira junto à população local. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento¹, o reservatório da UHE Cachoeira será formado por um trecho do rio Parnaíba de 62 km de extensão compreendido entre os municípios de Barão de Grajaú e São João dos Patos (MA) e Floriano, Jerumenha e Guadalupe (PI) e sua área total será de 42,08 km². Caso a obra ocorra², cerca de 1316 habitantes (cento e trinta famílias na área urbana e cento e noventa e nove na área rural) serão afetados e entre estes cento e dezessete famílias (aproximadamente 468 habitantes) serão remanejadas³. Todavia, os locais questionam os números apresentados no EIA/RIMA, estimando um número consideravelmente maior de atingidos.

A UHE Cachoeira integra um conjunto de cinco empreendimentos hidrelétricos na bacia hidrográfica do rio Parnaíba, entre os estados do Piauí e Maranhão. Este projeto faz parte das políticas de fomento à produção de energia elétrica previstos até 2015 no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), visando atender às demandas de expansão da fronteira agrícola da soja no sul dos estados⁴ e de implementação do programa Luz Para Todos no Piauí⁵. As cinco usinas previstas são as de Ribeiro Gonçalves (113 MW) e Uruçuí (134 MW) à montante da UHE Boa Esperança e as de Cachoeira (63 MW), Estreito (56 MW) e Castelhana (64 MW) à jusante, totalizando cerca de 430 MW de capacidade instalada⁶, além dos 237 MW produzidos atualmente pela UHE Boa Esperança.

O mapa da página seguinte ilustra as localizações previstas para cada usina do complexo hidrelétrico da bacia do rio Parnaíba e sua composição. Esta projeção compõe o inventário hidrelétrico do projeto e está disponível no Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

¹ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projetc), p. 33

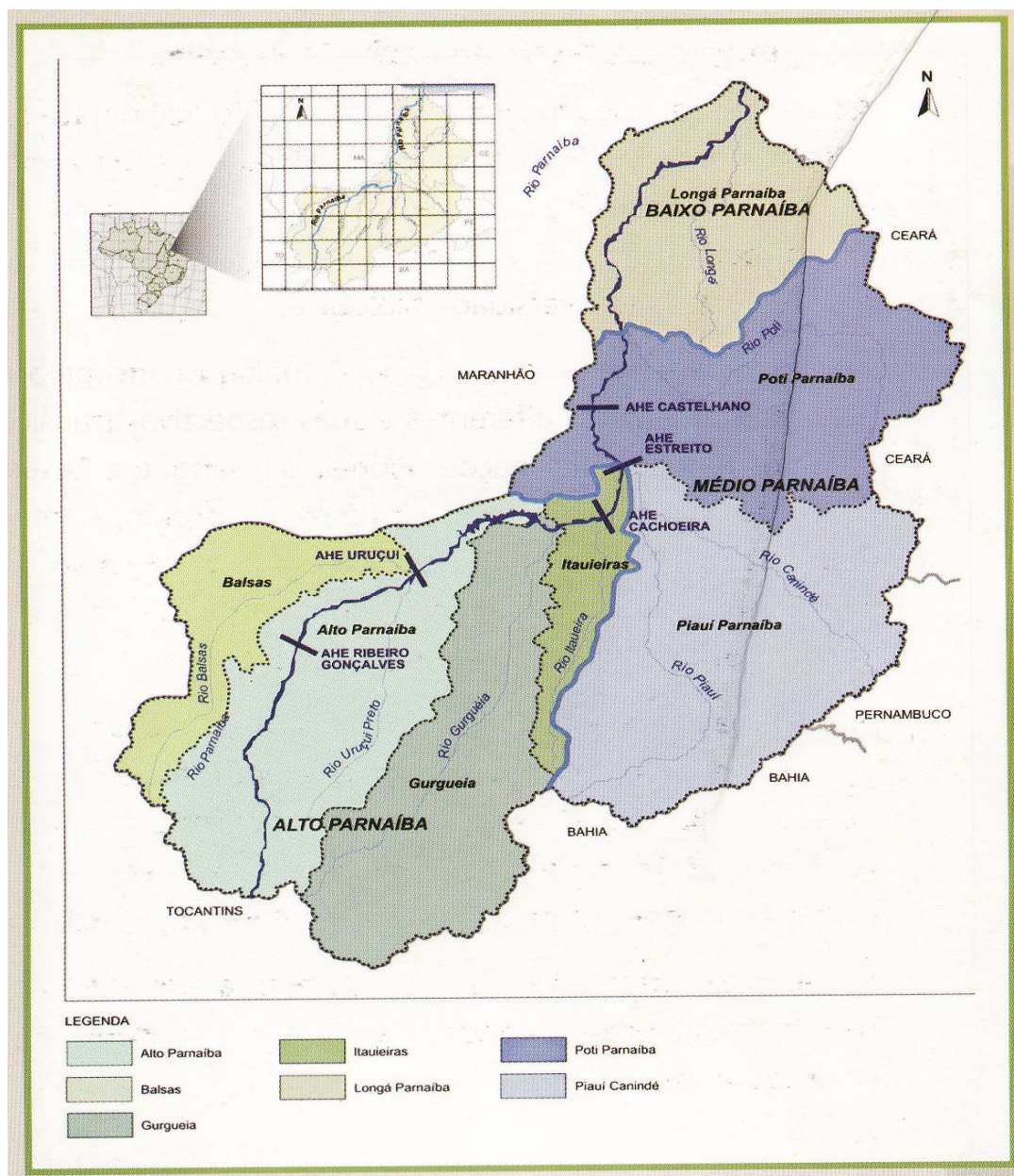
² A usina já está licenciada pelo IBAMA para instalação, contudo, a viabilidade econômica do empreendimento está sendo questionado. Após dois leilões (o último em dezembro/2011), nenhuma empreiteira (mesmo a Queiroz Galvão, responsável pelo EIA/RIMA) assumiu o empreendimento, aparentemente pela desvantajosa relação custo-benefício da concessão.

³ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projetc), p. 70

⁴ Para uma análise da inserção atual do Piauí nos grandes projetos de desenvolvimento ver Sousa, M.Sueli e Waddington, M.T.R., *Cinco Barragens no Parnaíba e as Populações Quilombolas e Agricultores Tradicionais no Piauí*, Anais da X Reunião Antropologia do Mercosul, Curitiba, 2011

⁵ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projetc), p. 24

⁶ Idem, p. 20



(Figura 1) Localização do complexo hidrelétrico na bacia do rio Parnaíba. In: Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projetec)

A presença do Parnaíba entrecortando as vilas é um fator determinante de sua complexidade territorial: o rio é a fronteira natural e oficial entre os estados do Piauí e Maranhão, inserindo os povoados em distintas circunscrições político-administrativas. No entanto, pelas circunstâncias de sua fundação, a Manga figura na percepção local, sob muitos aspectos, como um mesmo povoado. Desde sua origem até os dias de hoje, a reprodução social dos povoados não prescinde da intensa comunicação entre as margens. O Parnaíba, paradoxalmente à sua condição de divisa interestadual, é o elo natural entre os povoados, o único rio perene de uma região de transição entre cerrado e caatinga. Em torno dele, os laços culturais e afetivos que engendram esse sentimento de pertencimento comum são permanentemente resgatados. A construção do reservatório provoca, além das remoções previstas, mudanças significativas na paisagem, o que pode alterar substancialmente os modos

de vida tradicionais da população local. O estreito corredor de água corrente com pequenas ilhas que permitem fluidez nos deslocamentos e visão integrada do espaço, condições que ensejaram a tessitura social da região, dará lugar ao lago artificial que, embora não venha a aumentar sobremaneira a distância entre as margens, compromete, ao menos em um primeiro momento, as condições para a atividade agrícola e pesqueira, como demonstrado no Capítulo II.

Outro aspecto marcante no caso em estudo é a “semi-experiência” da UHE Boa Esperança. A área alagada para a construção desta usina, cerca de 80 km à montante do rio, não implicou em remoções de população na região pesquisada. As memórias sobre sua construção, entretanto, são vivas e estão na base da resistência à instalação da nova usina. A princípio, pode-se inferir que as expectativas sobre as mudanças decorrentes da construção da UHE Cachoeira são indissociáveis do vivido e imaginado sobre Boa Esperança, pois a supressão de formas tradicionais de plantio e redução das áreas agricultáveis à jusante da barragem podem se intensificar com um novo represamento. As memórias sobre a usina transcendem as queixas sobre as consequências para a agricultura de vazante, dando voz a um conjunto de percepções e imagens sobre o próprio Parnaíba. É patente a ideia de que o rio em si sofre com a barragem, não apenas pela diminuição de espécies, mas também pelas sensíveis alterações em seu curso e volume de água. O rio figura, pois, como um verdadeiro sujeito das perdas e agressões perpetradas por Boa Esperança.

Considerando o exposto, este trabalho se propõe a identificar os processos e questões subjacentes às percepções e expectativas expressas nos discursos dos ribeirinhos de vila da Manga sobre o suposto processo de transformação sócio-espacial que a barragem determina. São dois os problemas centrais desta pesquisa, seguidos brevemente por algumas hipóteses explicativas:

- 1) Investigar como se constitui o sentimento de pertencimento nesta comunidade e que aspectos deste podem ser analisados para compreender as percepções locais sobre a construção da usina.*

O rio Parnaíba protagoniza simultaneamente a integração e de diferenciação destas comunidades. Este rio, malgrado sua condição de fronteira, é o elo de interdependência entre os habitantes de suas margens. A despeito de fazerem parte de dois estados distintos, os ribeirinhos admitem sentimentos de pertencimento comum: o rio não os separa e sim os une em torno da necessidade da água e da sociabilidade engendrada por estas circunstâncias. No entanto, as distintas posturas quanto à instalação da UHE nos dois lados denotam uma sensível diferença em suas relações com o rio. Na vila piauiense a resistência ao projeto é maior, pois na percepção dos locais, o rio seria gravemente atingido podendo mesmo desaparecer. No lado maranhense a resistência é significativamente menor e expressa maior receio quanto à Igreja, ao cemitério, ao valor histórico do povoado, além da insegurança inerente ao processo de deslocamento em si, presente na comunidade como um todo. A centralidade do Parnaíba para o Piauí e a menor importância que o Maranhão lhe confere parecem, pois, se refletir no caso em estudo.

- 2) Compreender o lugar que a memória sobre a UHE Boa Esperança ocupa no universo de expectativas sobre as possíveis consequências da nova barragem.*

Nos depoimentos dos locais, quase todas as transformações observadas no rio, que dificultaram o exercício de práticas tradicionais de agricultura e a consequente decadência desta atividade na região seriam oriundas do funcionamento da UHE Boa Esperança. Este processo é recorrentemente apontado como a principal causa do retrocesso demográfico e da

intensificação da dependência dos centros urbanos mais próximos. A diversidade e abundância do plantio de vazante deram lugar, nos últimos quarenta anos, às lavouras de milho, mandioca, feijão e arroz em menor escala. Ademais, a navegabilidade do Parnaíba também foi comprometida com a construção da barragem (as eclusas previstas no seu projeto original nunca foram concluídas), dando fim ao tradicional tráfego de balsas de carnaúba que abasteciam as comunidades ribeirinhas de gêneros agrícolas e outros produtos das localidades vizinhas, o que aprofunda a relação de dependência com os centros urbanos mais próximos.

A referência à antiga usina também está presente na projeção de que a UHE Cachoeira viria a ampliar os horizontes de empregabilidade, dinamizando a economia da região. Mesmo o reconhecimento de problemas inerentes a este processo, como o aumento da violência e a disseminação de doenças, parece moldado por este imaginário.

Esse estudo insere-se no debate político mais amplo sobre planos nacionais de desenvolvimento econômico e social de médio e longo prazo, a necessidade de aumento da produção de energia para o cumprimento destas metas e o reforço da matriz hidrelétrica. Eventos polêmicos como o racionamento energético nos anos 2000, a sobrecarga de grandes UHEs como Itaipu, o ritmo crescente da produção industrial e do consumo colocam esta pauta na ordem do dia. A produção de energia hidrelétrica no Brasil tem sido fortemente estimulada como uma das fontes mais limpas e adequadas à imensa disponibilidade de recursos hídricos em território nacional. O Governo Federal tem empenhado esforços na ampliação deste setor, disponibilizando recursos e otimizando os processos de autorização para a instalação de empreendimentos deste porte. No entanto, ambientalistas e cientistas sociais têm sido enfáticos sobre os graves impactos socioambientais na produção de energia hidrelétrica - remoções de comunidades ribeirinhas e diminuição da biodiversidade - questionando o processo de licenciamento e defendendo a necessidade de desacelerar o ritmo de consumo e investir em outras fontes de energia. A visibilidade de movimentos sociais como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o espaço da temática na mídia e no âmbito acadêmico denotam o reconhecimento desta questão como um fenômeno social de suma importância nas arenas política e científica.

O levantamento realizado para a avaliação do conhecimento acumulado permite afirmar que ainda não existe uma produção acadêmica sobre este objeto e pouquíssimos trabalhos sobre os outros projetos hidrelétricos no rio Parnaíba. Além disso, as pesquisas sobre a região são, via de regra, escassas e pouco aprofundadas. Este estudo se propõe a preencher esta lacuna e ser, acima de tudo, um registro da realidade social de um povoado que se singulariza pela sua formação histórica, é o marco original do povoamento de dois municípios e que, pelas razões apresentadas, pode estar em vias de desaparecimento.

A discussão sobre a categoria “comunidade” e sua aplicabilidade no caso de estudo é o ponto de partida para a análise dos sentimentos de pertencimento e identidade partilhados pelos locais. Para tanto, mobilizarei alguns autores clássicos e contemporâneos que se debruçaram sobre a definição e organização social do campesinato, particularmente na América Latina, como Maria Isaura Pereira de Queiroz, Eric Wolf e John Comerford.

A concepção de “estruturas de sentimentos” de Raymond Williams articula as dimensões das práticas sociais, organização socioeconômica e sentidos atribuídos à experiência do vivido, sendo assim uma chave de análise do intercurso entre as tradições locais e a tradição hegemônica, que se expressam nas práticas, discursos, produção literária, folclórica e artística sobre o Velho Monge.

Reinhart Koselleck (2006) elabora a categoria *espaço de experiência* para referir-se ao passado em sua atualidade, ou seja, à idéia de convívio simultâneo de tempos anteriores que se preservam na memória e são incorporados no cotidiano. Tal idéia se relaciona a outra categoria analítica, o *horizonte de expectativa* que, por sua vez, diz respeito aos sentimentos e percepções do presente em relação ao futuro, ao que ainda não foi vivenciado. Na perspectiva do autor, o tempo histórico seria fruto da tensão entre experiências e expectativas, entre o vivido e o esperado. No caso da Manga, a notícia da iminente barragem não caracteriza para os locais uma situação especialmente nova ou desconhecida, pois as lembranças e conseqüências de Boa Esperança constituem esse *espaço de experiência* que engendra um *horizonte de expectativas* sobre Cachoeira. Assim, definem-se com clareza percepções sobre o futuro referenciadas no passado.

Pode-se ainda depreender dos depoimentos que os receios quanto aos impactos das barragens sobre o rio Parnaíba compõem, junto a opiniões sobre outros assuntos, um quadro de preocupações de ordem ecológica. Insatisfações quanto ao destino do lixo e queimadas da mata nativa – comuns tanto para fins de plantio quanto de caça – são recorrentes. A noção dos impactos ambientais da barragem também está presente em referências à possibilidade de extinção de espécies e preocupações quanto à mata ciliar. Este conjunto de referências a questões ambientais parece aproximar-se da concepção ecológica da corrente ambientalista que Alier (2007) denomina de *ecologismo dos pobres*, referindo-se à aproximação que muitas comunidades tradicionais mantêm com os princípios da sustentabilidade em sua relação com o meio ambiente.

A despeito da inexistência de um movimento organizado de cunho ambientalista no povoado em questão, pode-se apreender a “ecologia do ganha-pão”⁷ na relação de afeto e intimidade com o meio circundante expressa por um notável conhecimento de espécies da flora e fauna regionais.

No tocante às remoções, resistência e desconfiança quanto às propostas de reassentamento se sobrepõem: deixar as antigas casas, a nova configuração da vila e a insatisfação com a solução das indenizações geram uma enorme sensação de insegurança entre os locais. Preocupações de ordem material e imaterial se combinam nos discursos, denotando uma espécie de nostalgia anunciada que se projeta nos quintais, nos cajueiros plantados ao longo de uma vida inteira, na localização da praça, da Igreja, do cemitério, nas lembranças do Parnaíba de outrora, nas paredes de adobe e nos tetos de palha. Halbwachs (1990), em sua análise sobre a memória coletiva e o espaço, argumenta que a perda de certas referências espaciais para alguns grupos significa “perder o apoio de uma tradição que os ampara, isto é, sua única razão de ser”⁸. O autor enfatiza também o ressentimento com que a população pobre reage aos deslocamentos, deixando para trás “muitos traços de si mesma”⁹, em alusão às permanências dos traços de cultura popular nos rearranjos espaciais modernos.

É interessante notar uma diferença, ainda que sutil, de posicionamento entre os entrevistados do Maranhão e do Piauí, sendo os primeiros aparentemente mais abertos à implementação da usina que os segundos. Pode-se inferir que, a despeito da forte integração entre as duas vilas, a relação de cada estado com o rio Parnaíba reflete em posturas distintas no nível local. O Piauí possui historicamente estreito vínculo afetivo e relação de dependência com o rio Parnaíba. Cerca de setenta por cento de sua bacia hidrográfica se forma no Piauí enquanto apenas vinte por cento correspondem ao Maranhão¹⁰. Muitas das principais cidades

⁷ ALIER, Joan Martínez. *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 33.

⁸ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 138

⁹ Idem.

¹⁰ RIMA p. 41

piauienses estão às suas margens e há inúmeras referências ao Velho Monge, como é popularmente conhecido¹¹, na expressão folclórica, literária e artística, figurando até mesmo no refrão do hino do estado. Em contrapartida estes laços não parecem tão intensos no Maranhão, que teve um processo de povoamento bastante diferenciado, voltado principalmente para o litoral e para a bacia do rio Mearim.

As preocupações quanto à inundação da igreja, do cemitério ou às remoções em si detêm a primazia entre os habitantes do lado maranhense. Do outro lado da comunidade são freqüentes os temores quanto aos impactos da obra sobre o rio Parnaíba. Eventuais críticas e um comportamento desrespeitoso ao rio atribuído aos ribeirinhos da margem maranhense também denotam a sacralização do Parnaíba entre os locais piauienses.

Em seu trabalho sobre comunidades costeiras, Moreira (2006) reconhece a construção de uma identidade social complexa como expressão do fluxo permanente de incorporações relacionais com confluência de fatores internos e externos. Existem duas ordens de complexidade que o autor denomina como restrita e ampla, associando-as às dimensões interna e externa e local e global. A complexidade restrita compreende o universo de saberes, de valores, de lógicas particulares das comunidades, as visões de mundo que lhes são próprias e que norteiam suas relações de um modo geral - sociais, econômicas e políticas - bem como as instâncias simbólicas, imaginárias e lingüísticas que conferem sentido à vida das pessoas. Neste âmbito já se revela a multiplicidade de co-determinações e interações da categoria identidade social complexa e a heterogeneidade de suas relações internas. A noção de complexidade ampla por sua vez, diz respeito ao espectro de relações que a comunidade mantém com tudo aquilo que lhe é externo, como as instituições governamentais, por exemplo. Essa relação entre o Nós (comunidade) e o Outro conforma significados sociais e políticos e assimetrias de poder. Esta dimensão aponta para a idéia de abertura, de permeabilidade na construção dessa complexidade identitária. Sendo estas relações expressas por situações de conflito ou cooperação, de aceitação ou rejeição, o cerne desta reflexão é a idéia de que a comunidade não se constitui de forma hermética. A relação entre os lados maranhense e piauiense do povoado revela um conjunto de conflitos relacionais e co-determinações internas. A valorização diferenciada do Parnaíba nos dois estados fornecem indícios para a compreensão das diferentes posturas locais e registram, dentro desta aparente unidade, um olhar em cada margem.

As insatisfações quanto ao caráter autoritário e incoerente do projeto e o reconhecimento do jogo de forças vigente que determina o implemento de uma obra desse porte remetem, por sua vez a outra ordem de relações. Moreira classifica este aspecto como componente da complexidade identitária ampla, onde a relação com as diversas instâncias governamentais é a expressão máxima das assimetrias de poder.

As queixas quanto às dificuldades de plantio e a má qualidade dos solos são freqüentes e a progressiva redução da diversidade do cultivo engendram um quadro de pluriatividade obrigatória. As fontes de sustento da população local são múltiplas e muitas vezes ligadas a atividades tipicamente “urbanas”. Todavia os locais se percebem como lavradores e como tal se classificam e se sindicalizam. A agricultura de subsistência, a despeito de todas as restrições mencionadas, estrutura boa parte da sociabilidade local como atestam atividades coletivas como as farinhadas e festas lúdico-religiosas, em geral pautadas por um calendário agrícola. Nesse contexto, uma abordagem mais consistente de sua estrutura social e modos de vida só é possível dentro de uma perspectiva mais abrangente do rural e seus atores, inserida no debate sobre *novas ruralidades*. Autores como Carneiro (1998), Wanderley (2000) e Moreira (2003) discutem amplamente as transformações no campo e a ampliação de seu escopo de análise.

¹¹ O Parnaíba é considerado um rio longo, de águas calmas e pouco sinuoso, como as “barbas de um velho monge”. Esta expressão, cunhada pelo poeta Da Costa e Silva, é largamente utilizada para referir-se a este rio.

A categoria *atingido por barragem* tem sido alvo de acaloradas discussões e merece atenção particular. O aumento e diversificação do deslocamento compulsório de populações para a instalação de barragens legitima a necessidade de repensar e ampliar esse conceito no sentido de um debate que não restrinja os impactos sociais às remoções e que ultrapasse a lógica de reparação indenizatória. O sentimento sobre Boa Esperança revivido no porvir de uma nova usina justifica a inclusão desta discussão no estudo proposto.

NOTAS SOBRE A PESQUISA DE CAMPO

Este trabalho foi primordialmente assentado sobre a oralidade e observação, tendo por base os pressupostos da história oral. Contudo outras fontes amparam a necessidade de informações de outra natureza sobre a região e sobre os projetos hidrelétricos em curso, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), documentos técnicos referentes ao processo de licitação, atas de audiência pública, abordagem da mídia, resoluções e cartas régias, entre outros.

A pesquisa de campo foi realizada entre julho de 2010 e dezembro de 2011. Foram quatro incursões ao todo, sendo as duas primeiras sediadas na vila piauiense e as duas últimas na maranhense. Na margem piauiense também foram realizadas entrevistas nos povoados de Boa Vista e Prensa por indicação dos locais, que percebem a área da Manga como todos os territórios compreendidos entre o riacho Corrente e o rio Gurgueia, que são organizados sob uma mesma associação de moradores e têm a localidade da Manga como “sede”. No Maranhão a área é igualmente demarcada por dois riachos que deságuam no rio Parnaíba, mas não há outros povoados além da Manga dentro dela.



(Figura 2) Barra do Riacho Muquém, Manga (MA). Foto de C. C. Kalume, 2011

Não obstante fosse necessário permanecer em uma das vilas, em nenhuma das visitas o trabalho de campo ficou circunscrito a apenas um dos lados: a circulação entre vilas foi de vital importância tanto para a definição do objeto quanto para atender às suas demandas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. As inúmeras travessias fizeram do canoeiro Raimundo Pereira da Silva, o Didi, um interlocutor sem par e de sua canoa um imperioso instrumento de campo.

As idas se deram em diferentes períodos do ano, o que permitiu a observação dos ciclos de cheia/ estiagem do rio e o acompanhamento da atividade agrícola, fluxo de veranistas, dentre outros reflexos desta alternância no cotidiano local. Na primeira visita fiz a maior parte do levantamento de documentos e informações sobre o projeto da UHE Cachoeira - processo de licenciamento, audiências públicas entre outros conteúdos técnicos, obtidos nas sedes municipais de Floriano e Barão de Grajaú. As três primeiras idas à Manga, em julho e setembro de 2010 e janeiro de 2011 foram inteiramente dedicadas às entrevistas com os locais. Os depoimentos foram registrados em cadernos de campo, gravações em áudio e vídeos. Os registros fotográficos também compõem boa parte do material de campo.

O último campo foi o mais longo e teve algumas peculiaridades em relação aos anteriores, pois aconteceu nos festejos de Nossa Senhora da Conceição da Manga, o rito comemorativo mais tradicional da região, durante o qual estive hospedada na casa de uma antiga moradora da Manga maranhense. Esse ambiente, somado ao fato de que a maior parte dos locais já tinha sido entrevistada nas outras visitas, criou condições para um campo onde a observação e, em certa medida, a participação no cotidiano local tiveram preponderância sobre a coleta de depoimentos. Este foi um campo de imersão que oportunizou a apreensão das redes de relações que perpassam essa culminância da vida religiosa e social da região. Além disso, foi nessa ocasião que obtive a maior parte dos documentos e depoimentos referentes à história local.

As entrevistas foram realizadas, regra geral, na casa dos entrevistados, indicados pelos próprios locais na maior parte das vezes. Não havia um roteiro fixo de perguntas, mas as falas eram conduzidas a partir das experiências e percepções dos entrevistados em torno de três eixos principais: organização social, elementos identitários (tradições, costumes, religiosidade) e expectativas relativas à construção da barragem de Cachoeira. A abordagem, bem como o conteúdo das falas variava de acordo com a função ocupada dentro da estrutura social (trabalhadores rurais, pescadores, eclesiásticos, veranistas, agentes de saúde, estudantes, professores, entre outros). As entrevistas demarcavam a minha posição como pesquisadora – questão de suma importância em se tratando de um ambiente extremamente familiar – e eram a porta de entrada oficial para os contatos posteriores.

Contudo, as conversas não tardavam a sair da sala para os quintais, fortalecendo os laços de confiança e trazendo um ambiente de intimidade e informalidade essenciais à apreensão de sutilezas e aporte de novas perspectivas à pesquisa. Essas experiências constituíam-se de pequenos instantes de observação participante, onde as entrevistas cediam lugar a um almoço, uma novena, uma manhã quebrando coco-babaçu e os assuntos eram menos orientados aos objetivos da pesquisa. Esses momentos funcionavam ainda como precípuos “intervalos”, onde as informações e ideias se assentavam e observações mais minuciosas ganhavam espaço. As imagens de campo mais contundentes foram produzidas nesse ambiente de diálogos desprentensiosos, prenhes de impressões e significados que, somados ao conjunto “formal” de materiais de campo, enriqueceram sobremaneira as possibilidades interpretativas da pesquisa.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA(S) DAS VILAS DA MANGA

O povo que vem aqui acha que tem esse nome de Manga porque tem muita manga, mas não tem nada a ver não. Aqui não tinha quase nenhum pé de manga (risos). Esse nome de Manga é porque dizem que aqui **era uma passagem dos escravos, que eles vinha até aqui por essa beira de rio pra atravessar pro Maranhão**. Esse nome de Manga é antigo... Não tem nada a ver com a fruta manga não. (Z.P.S, setembro de 2010)

A crescente demanda por terras maranhenses, reputadas como sendo de excelente qualidade para o plantio, com o consequente aumento do fluxo dos que transpunham o Parnaíba ou dos que às suas margens deixavam-se ficar temendo o adentramento dos ainda incultos sertões, ensejou o florescimento de duas importantes povoações, uma de cada lado do rio, pouco abaixo do local onde o Gurgueia¹² deságua no Parnaíba, que pelas suas projeções **como portos intermediários entre os dois estados receberam o nome de Passagem da Manga ou simplesmente Manga do Maranhão e Manga do Piauí**¹³. (DEMES, 2002, p. 36)

Foi o dinamismo expansionista do século XVIII o responsável pela passagem de alguns sertanistas pelo atual território de Barão de Grajaú, em campos apropriados à agricultura e à criação de gado, tendo como ponto de partida o latifúndio dos Garcia D'Ávila. Os entradistas seguiram os cursos dos rios mais importantes, estabelecendo fazendas de gado próximo às suas margens.

O Arraial dos Ávila fundado por Miguel de Abreu Sepúlveda, às margens do rio Gurgueia, afluente do Parnaíba, possibilitou a penetração do lado esquerdo do dito rio, rumo a Pastos Bons, onde estabeleceram alguns currais. Os primeiros povoadores do município se estabeleceram às margens do rio Parnaíba a poucos quilômetros da atual sede. **Os seus moradores deram-lhe o nome de Passagem da Manga, por sua posição intermediária entre o litoral pernambucano e o sertão maranhense, sendo separadas pelo rio Parnaíba as duas Mangas, a do Maranhão e a do Piauí**. (SILVA, 1992, p. 15)

Isso aqui tudo era da fazenda de uma senhora e ela doou tudo pra Santa. **Aqui e lá do outro lado também, do mesmo jeito**. O povo diz que ela deu as terras que era pra Nossa Senhora não ser 'agregada' (risos). **As terras tanto dessa Manga como da outra são tudo de Nossa Senhora da Conceição**. Isso foi lá naqueles tempos... ninguém nem sabe quando foi. (A. R. C., dezembro de 2011)

¹² A autora faz referência ao Rio Gurgueia, o maior afluente piauiense do rio Parnaíba, famoso pela "sangria" de suas águas avermelhadas nas épocas de cheia.

¹³ DEMES, Josefina. "A Povoação da Manga". In: *Floriano: sua história, sua gente*. 2002.

Michel Pollack, em suas reflexões sobre o papel da memória na construção da identidade social, a História estaria se transformando em *histórias*, parciais e plurais. Nesse sentido, a diversidade de narrativas não apenas é plausível, mas desejável: a restrição a uma fonte específica portadora de uma suposta fidedignidade incide, nas palavras do autor, em uma espécie de “*ingenuidade positivista primária*” (POLLACK, 1992: 207). Ainda que as informações e perspectivas dos relatos orais não coincidam com as versões encontradas em outras fontes, a opção por não prescindir de nenhuma delas se justifica pelo interesse na subjetividade, visões e sentimentos de quem participa e reproduz, direta ou indiretamente, a realidade local. Ademais, a proximidade e ligação afetiva são evidentes em grande parte das fontes levantadas sobre as vilas da Manga, sejam estas orais ou escritas. As descrições não conhecem neutralidade, tampouco distanciamento afetivo: guardam o entusiasmo e a paixão de quem faz história regional sobre suas próprias raízes, sem as amarras protocolares da produção científica. São autores movidos, acima de tudo, pelo genuíno interesse de conhecer a formação histórica de sua terra natal, deixando por legado registros marcados por um olhar de dentro, onde o sujeito é oriundo de seu próprio objeto.

Ainda sobre a natureza e limites das fontes historiográficas, Pollack argumenta que importa menos a origem, mas o trabalho do historiador sobre estas (POLLACK, 1992, p. 210). A história oral é uma ferramenta que tanto explicita a relação indissociável entre pesquisa de campo e reflexão teórico-metodológica como evidencia que o objeto histórico é sempre resultado de elaboração. A pluralidade à qual Pollack se refere é, pois, apenas um reflexo da sensibilidade dos diferentes sujeitos no tratamento dispensado às fontes. Neste caso específico acrescentaria que o que há de mais revelador no diferenciado universo de relatos sobre a Manga não é a veracidade das informações contidas em cada uma das fontes, mas a convergência que apresentam no que diz respeito à ideia de pertencimento comum/diálogo entre os dois lados do rio. Pode-se perceber nas distintas narrativas sobre a origem das vilas da Manga referências explícitas ou indiretas a seu caráter de “passagem” e sua posição intermediária que informam simultaneidade e comunicação. A Passagem da Manga se apresenta nos relatos históricos e na subjetividade dos interlocutores como uma sólida ponte imaterial entre os estados que a compreendem. A comunicação entre as margens do Parnaíba dá sentido à sua ocupação e consolida sua existência como “separada” pelo mesmo intercurso fluvial. Assim, esta região se constitui como marco desse contato interprovincial, como elo entre as porções ocidentais e orientais do Nordeste e ainda como um proeminente núcleo irradiador do povoamento no curso do rio Parnaíba.

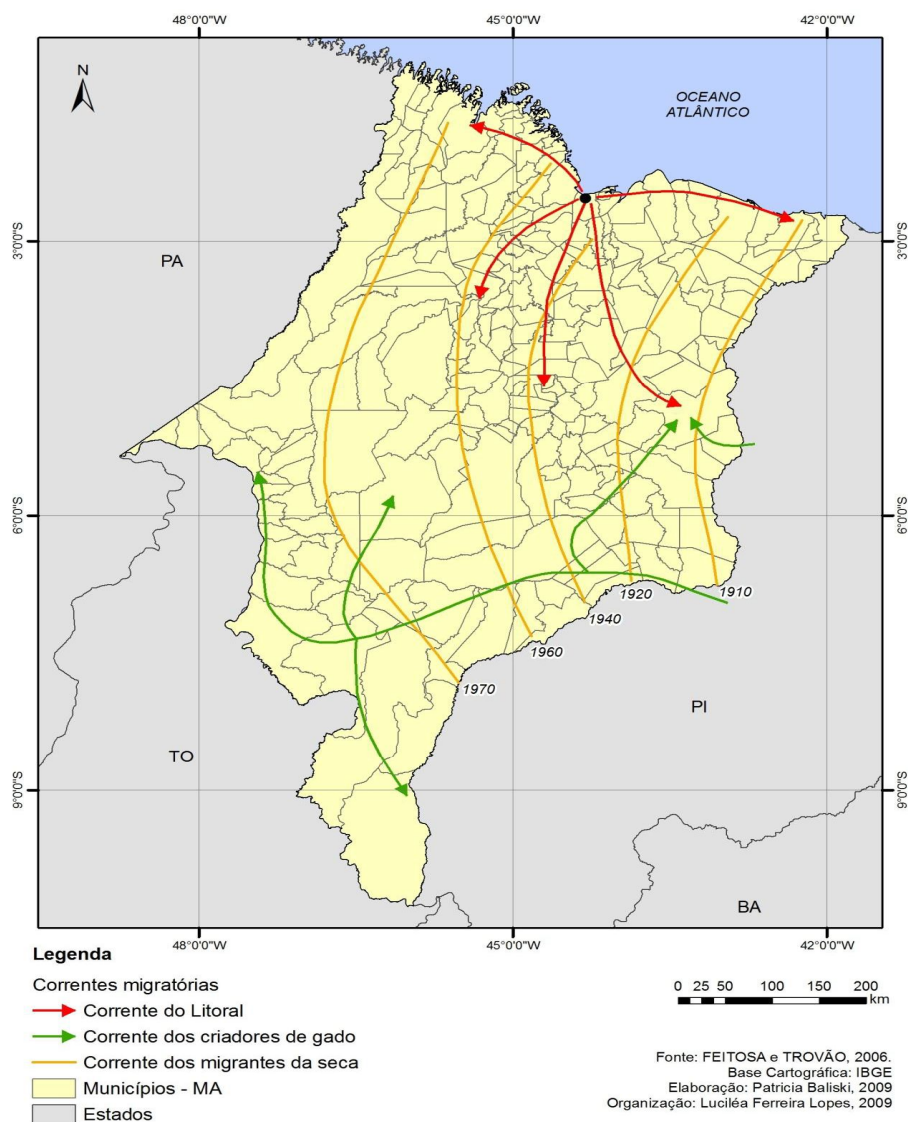
Segundo a historiadora Inaura Maria de Almeida Silva, a ocupação do Distrito de Pastos Bons foi iniciada pelo sertanista Domingos Afonso Mafrense, no bojo do dinamismo expansionista do século XVIII. Os sertões maranhenses atraíram muitos migrantes de outras províncias do atual Nordeste pela conhecida fertilidade de seus solos, donde se deduz a alcunha “Pastos Bons”. Essa travessia era feita pela Passagem da Manga e nesse movimento, muitos por lá se deixaram ficar. Chama a atenção no relato de Silva que o adentramento desta parte do Maranhão tenha sido empreendido por Mafrense, a quem se atribui, junto ao bandeirista Domingos Jorge Velho, a colonização e exploração da capitania do Piauí a partir de 1674, estabelecendo a pecuária em suas sesmarias mediante implacável expulsão e cativeiro das populações indígenas¹⁴. Até o início do século XVIII, quando inauguram-se as

¹⁴ A perseguição aos povos indígenas que habitavam o território piauiense foi tão precoce e rigorosamente instituída que o estado do Piauí não constam em seu território nenhuma terra ou etnia indígena reconhecida.

frentes de ocupação pastoril, o povoamento do território maranhense estava praticamente restrito às suas porções litorâneas, com discreta expansão interiorana¹⁵:

Em 1617, segundo CARVALHO (2000) o vale do Parnaíba era totalmente desabitado. (...)“... em 1718, vivia ali amontoado o peso enorme do gentílico emigrado da nossa beira-mar. Diz ainda que Cândido Mendes afirmou que os primeiros ocupantes, vindos do Piauí, ocuparam a região a partir de 1730”, daí as primeiras fazendas terem se instalado à margem do Parnaíba: se acaso os sertões dessa província não recebessem colonos pelo Piauí, desde 1730, que ocuparam sucessivamente todo o território de Caxias até o Tocantins, talvez ainda hoje (1852) não fossem conhecidos. (TROVÃO, 2008, p. 25)

O mapa a seguir identifica as principais correntes migratórias do processo de ocupação do território do estado do Maranhão. As linhas verdes (vide legenda) correspondem à corrente da pecuária a partir do sul do atual estado do Piauí, na Passagem da Manga pelo rio Parnaíba:



(Figura 3) Correntes migratórias de ocupação do estado do Maranhão. In: FEITOSA e TROVÃO, 2006.

¹⁵ TROVÃO, José Ribamar. *O processo de ocupação do território maranhense*. Cadernos IMESC 5. São Luís: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), 2008.

Esse fato indica que, não obstante os processos de colonização das capitânicas do Maranhão e do Piauí guardem poucos traços em comum, a ocupação das margens do Parnaíba se singulariza pelos constantes fluxos migratórios bilaterais, como atesta a formação do município de Barão de Grajaú, ao qual pertence a porção maranhense da Manga:

O marco fundamental para a povoação da cidade de Barão de Grajaú foi a criação da Colônia Rural de São Pedro de Alcântara em 1871, na margem direita do rio Parnaíba, na Província do Piauí. (...)

(...) Foi Barão de Grajaú uma contingência das necessidades de intercomunicação entre o interior do Maranhão com o Piauí e resultante da navegação fluvial. (SILVA, 1992, p. 19 e 23)

No Artigo 1º da Lei que dispõe sobre a criação do Brasão Municipal de Barão de Grajaú, de 26 de outubro de 1984, lê-se sobre a explicação de seus símbolos, que entre estes consta,

(...) o rio Parnaíba e uma canoa, que o rio representa o limite do município com o vizinho Estado do Piauí e a canoa representa um dos principais meios de transportes entre a cidade de Barão de Grajaú e Floriano, no Estado do Piauí.

A referência ao Parnaíba é explicitamente atribuída à comunicação fronteiriça entre os estados e ao contato estreito e cotidiano entre esta cidade e a vizinha Floriano, sintetizada pela figura de uma canoa a vela. Esse fato revela não apenas uma “contingência”, mas, sobretudo, uma identificação com a condição “beiradeira” que lhes caracteriza e a disposição mútua e renovada de relacionar-se, dentre tantos outros municípios limítrofes, com aquele que lhe espelha. Ainda que em seus primórdios o povoamento de Barão de Grajaú tenha se dado em função do intenso fluxo migratório direcionado à então Colônia de São Pedro de Alcântara, dada a interdição de assentamento residencial que ali vigorou nos primeiros anos, e que a região tenha se firmado como uma das mais expressivas zonas portuárias do Parnaíba, esse intercâmbio aos poucos afirma-se transversal e constitutivo da identidade microrregional ali estabelecida, resistindo ao ocaso dessas circunstâncias iniciais. Contudo, as referências ao rio Parnaíba são ainda mais ostensivas nos símbolos municipais de Floriano, que figura também, à maneira do Estado, em seu hino,

Quando o nosso Nordeste esbraseia
Na fatal e malsinada secura
Mesmo assim a nossa boa Floriano
Tem sempre relativa fartura
Pelo nosso belo rio Parnaíba
Que Deus criou para nossa ventura
Vem de cima vem
Vem de baixo vem
Vem do meio essa mistura da fartura¹⁶.

¹⁶ Hino do município de Floriano (2ª estrofe). Letra: Eleutério Resende. Música: Duzito Resende. 1946

É possível afirmar assim, que a frontalidade ali instituída inaugura um sentido de povoamento complementar naquele espaço. Contudo, é na navegação a vapor que reside o elemento propulsor da ocupação beiral do Parnaíba. O florescente comércio fluvial impulsiona a pulverização de cidades e vilas portuárias ao longo do Velho Monge, propiciando o rebentar de suas principais cidades-beira. Considerando o rio Parnaíba como palco das transformações sócio-espaciais do estado do Piauí entre 1850 e 1950, GANDARA (2008) aponta para o fenômeno da

transformação do rio em estrada líquida fluída e no principal eixo econômico que integrou comercialmente as cidades-beira-rio Parnaíba entre si e, estas com o resto do país e do mundo. Em consequência da navegação a vapor edificou-se ao longo do rio Parnaíba uma das mais grandiosas paisagens humanizadas. Nesse sentido, a navegação a vapor foi quem mudou e/ou configurou a fisionomia do vale do Parnaíba. Sua implantação intimamente ligada ao extrativismo, provocou mudanças nas estruturas sociais existentes e abriu um novo espaço para as relações humanas e comerciais da região. O Piauí, por sua vez, se inseriu no mercado globalizado das importações/exportações. A exploração das atividades extrativistas e sua comercialização, aliadas à navegação a vapor, fizeram do Parnaíba o rio de integração comercial com forte vocação internacional. (GANDARA, 2008, p.14)

É escusado dizer dos incalculáveis benefícios auferidos pela população piauiense com o advento da navegação a vapor. Foram quase 100 anos de incansável e contínua atividade que se estendeu até os anos 40, quando, então, suplantada pela chegada dos transportes terrestres, obviamente mais rápidos e considerados à época mais baratos, entrou em rápido declínio, e teve como pá de cal a barragem de Boa Esperança. (DEMES, 2002, p. 69)

Demes (2002) também identifica o comércio fluvial o fator preponderante para o rápido crescimento experimentado da região da Manga:

Excepcionalmente localizadas, experimentaram bem cedo vertiginoso crescimento que se manifestou no expressivo desenvolvimento de suas principais atividades: lavoura, pecuária e comércio. Vale ressaltar, contudo, por oportuno, que tanto a Manga piauiense quanto a Manga maranhense nasceram e cresceram, a bem dizer, em função do seu porto que aos poucos se firma como o mais importante da região, por oferecer melhores condições de acesso às localidades interioranas do Maranhão, notadamente Caxias, importante empório com o qual o Piauí setecentista e oitocentista comerciava em larga escala. (DEMES, 2002, p. 36)

Em 1888, a vila de São Francisco, futura Barão de Grajaú, torna-se a sede da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Manga e São Francisco de Assis, por decreto da Lei Provincial nº 1412, de 17 de março. O mesmo acontece no lado do Piauí com a Colônia de São Pedro de Alcântara, atual Floriano, com a Resolução nº 2, de 19 de junho de 1890. As

transferências das respectivas sedes municipais marcam um vertiginoso decréscimo populacional das vilas da Manga, que perdem o aparato administrativo e tão logo sentem os efeitos da decadência de sua zona portuária.

Todavia, ainda que esvaziadas demograficamente e sem o menor resquício do prestígio político e econômico de outrora, as vilas da Manga ainda mantêm relativa visibilidade no cenário local, seja por sua importância histórica, seja pela força da tradição religiosa. Os festejos de Nossa Senhora da Conceição da Uhíca, como é conhecida a santa padroeira dos povoados, são muito expressivos nos dois lados do povoado, especialmente no Maranhão. A capela do Piauí foi tombada pelo patrimônio histórico em 1997 e a área do Santuário de Nossa Senhora da Conceição foi declarada Zona de Proteção de Sítio Histórico e Zona de Preservação Ambiental pelo Decreto Municipal nº 367 de 14 de maio de 2002. A capela do Maranhão não é tombada, mas é reconhecidamente mais antiga e imponente, embora tenha perdido muito de suas feições arquitetônicas originais por ocasião de uma reforma ocorrida na década de 1980, frequentemente lamentada entre os locais, onde os ladrilhos coloniais foram substituídos por cerâmica e as espessas paredes de pedra foram cobertas com cimento e cal.



(Figura 4) Vista lateral da igreja de N. Sra. da Conceição da Manga (MA). C.C. Kalume, 2010



(Figura 5) Fundos da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Manga (MA): arquitetura original. C.C. Kalume, 2011.

Os festejos da padroeira acontecem entre 29 de novembro e 08 de dezembro e os rituais são rigorosamente os mesmos nos dois povoados, mas no Maranhão são notadamente mais fervorosos e mobilizadores, atraindo romeiros de todo o estado. O levantamento do mastro marca o início dos festejos e a procissão seu encerramento, acompanhados pelas novenas, leilões para arrecadação de fundos para a igreja, comidas típicas e diversas celebrações profanas em paralelo. A travessia entre os povoados é intensificada neste período, em especial no sentido Piauí-Maranhão.



(Figura 6) Cariri e rosca de tapioca: pratos típicos nos festejos de religiosos locais. C.C. Kalume, 2011



(Figura 7) Festejos de Nossa Senhora da Conceição da Manga (MA): levantamento do mastro (29/11/2010)



(Figura 8) Procissão dos Festejos de Nossa Senhora da Conceição (MA). Foto de C. C. Kalume, 2011

Encerra-se, assim, a breve contextualização histórica da Manga e adjacências. Suas histórias, contudo, não se esgotam aqui, mas seguem permeando todos os capítulos deste trabalho.

CAPÍTULO II

UHE CACHOEIRA: O HORIZONTE DE EXPECTATIVAS MOLDADO PELA MEMÓRIA DE BOA ESPERANÇA

2.1 - Transformações sentidas e esperadas

A Usina Hidrelétrica Presidente Castelo Branco, posteriormente nomeada como Boa Esperança, fez parte de um conjunto de políticas intervencionistas de fomento à modernização industrial no período da Ditadura Militar (1964 a 1984). Entre as décadas de 1940 e 1950, o Estado centralizou a produção de energia com a criação dos grandes sistemas regionais de geração e transmissão de FURNAS (Centro-Sul) e da CHESF (Nordeste) consolidando a matriz hidroelétrica, que recebe investimentos crescentes até a década de 1970. Neste contexto, a criação da SUDENE¹⁷ também tem papel fundamental para a inclusão do Nordeste nos grandes planos nacional-desenvolvimentistas deste período.

A usina de Boa Esperança foi idealizada ainda no governo Kubistchek, no final da década de 1950, mas o projeto tem início apenas em 1963, na gestão João Goulart, com a criação da Companhia Hidro-Elétrica de Boa Esperança (COHEBE), posteriormente incorporada à CHESF¹⁸. Entretanto, as obras foram realizadas entre os 1964 e 1970, durante os governos militares de Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, e finalmente Emílio Garrastazu Médici. Entre o planejamento e estudos preliminares e a conclusão da obras transcorreram quinze anos e cinco governos. Nesse período não apenas o projeto sofreu modificações ao sabor das variações no cenário político-econômico nacional, mas também os posicionamentos locais sobre a construção de Boa Esperança variaram ao longo do processo. Enquanto a capital Teresina difundia amplamente os benefícios e as “boas esperanças” que a usina traria ao desenvolvimento econômico do Piauí, algumas lideranças políticas e comerciais do norte do estado, notadamente de Parnaíba, criticavam o projeto e reivindicavam uma solução mais imediata para os problemas de abastecimento local de energia, dada a distância do local escolhido para instalação, a cidade de Guadalupe, ao sul do estado.

Distante 80 km de Guadalupe, a cidade de Floriano foi escolhida como ponto de suporte logístico do empreendimento, dadas as condições mais adequadas de infraestrutura à época. Por esse motivo, malgrado a distância, Floriano teve um importante papel e um estreito contato com a implementação de Boa Esperança, o que se percebe com frequência nos discursos de suas populações ribeirinhas:

¹⁷A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1959 na gestão do presidente Juscelino Kubistchek sob o comando do economista Celso Furtado para diminuir as desigualdades entre as regiões geoeconômicas do Brasil, integrando progressivamente o Nordeste e a Amazônia nos planos de desenvolvimento nacional. Durante o regime militar o órgão foi completamente desvirtuado de sua concepção original, sendo extinto em 2001 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em função das constantes denúncias de irregularidades e corrupção. O órgão foi recriado em 2002 pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva com o caráter de agência, a ADENE.

¹⁸ CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988, p. 235

Se vierem essas barragens nem sossego a gente vai ter mais! Olha, aqui ninguém mexe com a gente, tu pode dormir até aí no meio do tempo, sossegada, que não acontece nada. Mas se vem esse povo todo pra fazer as obras, isso muda... (...) Olhe, na época que tava construindo Boa Esperança eu mesma cansei de ver gente de “pé junto” descendo aí por esse rio... (M. L. N., julho de 2010)

Um dia eu visitei Nova Iorque ¹⁹, mas olha: eu digo que aquilo ali é uma cidade sem vida. Tudo é bonito, padronizado, mas a água é morta. Nem parece o Parnaíba. É uma água parada, sem vida... Sabe? Todo mundo fala: “ah, Guadalupe! Ah, Nova Iorque!”, mas eu não vi a menor vantagem: aquilo ali não tem alma. As cidades morreram depois da conclusão das obras. As pessoas se iludem achando que a barragem vai trazer empregos, progresso.. mas a verdade é que tudo é passageiro: depois da obra todo mundo vai embora. As vilas que foram construídas pra abrigar os engenheiros, aquela infraestrutura de lazer, de tudo, completamente abandonada... parece uma cidade fantasma. (...) Como é que aquele povo vive sem um passado?! Só tem presente se houver passado. É isso o que me dói quando penso aqui na Manga... (M. M. C. dezembro de 2011)

No projeto da UHE Cachoeira, confrontam-se - como na maior parte dos empreendimentos desse porte - diferentes perspectivas de desenvolvimento, conservação e manejo ambientais e direitos territoriais, muitas vezes imbricadas às memórias e imaginário de Boa Esperança. Os trechos do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Cachoeira e de depoimentos dos locais, colhidos nas entrevistas de campo, desvelam parte dos conflitos político-ideológicos envolvidos neste processo.

O RIMA é uma espécie de síntese do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) requerido e avaliado pelo IBAMA em qualquer processo de licenciamento de obras potencialmente geradoras de impactos para o ambiente. É esse o material disponibilizado e discutido nas audiências públicas e geralmente a única fonte de informações “oficiais” sobre o empreendimento a que a população atingida tem acesso. Nele as informações de cunho técnico são praticamente suprimidas e chama atenção a qualidade das imagens, ressaltando a beleza das paisagens e da flora/fauna da região. A linguagem é simplificada e assume um tom propagandístico tanto na defesa dos alegados benefícios da usina quanto na valorização das riquezas naturais e histórico-culturais locais que o empreendimento vem a alterar, o que imprime uma conotação ambígua ao texto.

A disponibilização de um material informativo, contudo, não garante o acesso e transparência desejáveis a um processo que implica transformações e rupturas tão profundas na vida destes ribeirinhos. É corrente nos depoimentos a surpresa quanto aos planos de construção de Cachoeira, dos quais só tomaram conhecimento no processo de auditoria pública, ainda que os estudos de impacto ambiental e demais avaliações estivessem em andamento há cerca de cinco anos:

¹⁹ Nova Iorque é o município do estado do Maranhão que faz fronteira com Guadalupe, sede da UHE Boa Esperança. Há uma infraestrutura turística em função do lago artificial da usina, com hotéis e balneários nos dois municípios

Eles vinha aqui, entrava aí pelo meio do mato, fazia umas perguntas pra gente... mas ninguém dizia o que tava fazendo aqui não. A gente veio saber da barragem quando fizeram a reunião aqui pra chamar a gente pra audiência. Eles vinha, pedia informação, a gente às vez até ia até com eles quando eles num sabiam chegar... Mas ninguém falava nada de barragem não. (N.P.S. julho, 2010)

Ademais, a dimensão dos impactos socioambientais gerados pelo empreendimento é sutilmente camuflada no texto, sugerindo que sua realização não entraria em conflito direto com os interesses locais, como exemplificam os trechos abaixo (grifos nossos):

A decisão de construir uma usina hidrelétrica tem a marca da **necessidade**. Uma **nação em busca de energia**.²⁰

O título “Relatório de Impacto Ambiental - RIMA” parece complicado, mas não é. Ele diz o seguinte: aqui se encontram resumidas as mudanças causadas no meio ambiente e na vida das pessoas pela implantação e o funcionamento do Aproveitamento Hidrelétrico de Cachoeira, e quais são os **benefícios que a população pode esperar** do empreendimento²¹.

Como ponto de partida para esta discussão é interessante perceber que pressupostos sustentam e legitimam projetos como este a despeito da insatisfação de comunidades atingidas e dos reconhecidos impactos sobre a biodiversidade. O argumento central é que não há desenvolvimento sem produção de energia e que eventuais prejuízos socioambientais seriam compensados pelos benefícios como geração de empregos, diversificação das fontes de renda, qualificação profissional, melhoria nos serviços fundamentais entre outros, satisfazendo assim a todos os interesses “nacionais” (geração de energia) e “locais/regionais” (melhores condições de vida para a população local):

Vale destacar que o **AHE Cachoeira é um projeto de desenvolvimento para a Região Nordeste, especialmente, e para o país**, como um todo, por conta do aumento significativo de energia que irá gerar para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Mas é preciso que ele também se torne um projeto de desenvolvimento para a região onde se pretende construí-lo. Com o aumento da população, os serviços locais terão que crescer. **Será inevitável: Cachoeira deverá avançar em educação, saúde, assistência social e infraestrutura**.²²

O que esta imagem de satisfação integral escamoteia é a própria assimetria de poderes envolvida nos processos de licenciamento e instalação de empreendimentos como este. Os grupos atingidos não têm qualquer poder de veto ou interferência e de uma forma geral não conseguem fazer valer seus interesses na negociação de modificações expressivas nos projetos ou mesmo de soluções adequadas para minimizar a violação de direitos inerente à condição de

²⁰ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projotec), p.11

²¹ Idem, p.13

²² Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projotec), p. 85 (grifos nossos).

atingido²³. Diante de um quadro de total transformação de seus modos de vida, aos atingidos cabe, quando muito, a articulação para exigir e fiscalizar o cumprimento dos acordos de minimização dos impactos. Não obstante o registro de inúmeras avaliações negativas nas audiências públicas das UHEs Cachoeira e Estreito²⁴, a obra obteve a licença prévia pelo IBAMA sem a inclusão de qualquer modificação ali proposta. O veto à instalação e funcionamento da usina, via de regra, somente é possível se constatadas graves irregularidades técnicas no projeto que afetem, por exemplo, as condições de segurança da barragem. Não obstante a reduzida margem de manobra destes processos, o RIMA assim define o licenciamento ambiental:

O licenciamento ambiental é a **principal ferramenta que a sociedade tem para controlar a manutenção de boas condições ambientais**, o que está diretamente ligado com a saúde pública e com boa qualidade de vida para a população. Ao receber a Licença Ambiental, o empreendedor assume compromissos com a manutenção da qualidade ambiental do local em que se instala.²⁵

As audiências públicas antecedidas, em tese, pela divulgação e disponibilização irrestrita do EIA/RIMA são o instrumento oficial de intervenção da sociedade nestes empreendimentos, como afirma o órgão responsável pela liberação das obras, o IBAMA, no Aceite do EIA/RIMA dos projetos hidrelétricos do rio Parnaíba. Em suas considerações para o aceite, o documento expressa a “necessidade de oitiva da população para aperfeiçoamento do estudo” (Anexo B, parágrafo 11).

Não obstante as ponderações deste documento, o posicionamento dos locais sobre os impactos socioambientais negativos deflagrados pela instalação da usina em nada influencia o curso do licenciamento, o que confere à consulta empreendida pelas audiências públicas um papel meramente protocolar. Os Anexos C e D correspondem às atas das audiências públicas realizadas nas cidades de Floriano e Barão de Grajaú, a 01/03/2010 e 02/03/2010, respectivamente.

Qual seria, então, o discurso subjacente a tamanha desconsideração, tanto por parte do governo quanto por parte do empreendedor, das posições oriundas de grupos diretamente envolvidos ou afetados por esse processo, os atingidos? No tópico do RIMA intitulado “Porque usina hidrelétrica?”²⁶ o documento defende abertamente a necessidade de incremento na produção de energia e a matriz energética hidrelétrica, sem problematizar nenhum destes aspectos:

Para continuar crescendo, o Brasil precisa produzir mais energia elétrica. Só assim o país será capaz de continuar desenvolvendo sua economia, produzindo e gerando empregos, dando melhores condições sociais e econômicas para sua população.

²³ Sobre a condição de atingido ver VAINER, Carlos Bernardo. “Conceito de ‘atingido’: uma revisão do debate”. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa: UFV, 2008.

²⁴ Ata da audiência pública das UHEs Cachoeira e Estreito realizada no município de Barão de Grajaú (MA) em 02/03/2010.

²⁵ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projetc), p. 18 (grifos nossos).

²⁶ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projetc), p. 18

(...)

Existem várias maneiras de produzir energia: a partir da queima de combustíveis fósseis (petróleo e derivados, gás natural, carvão), a partir das reações em átomos ou a partir de fontes alternativas como o sol, o vento e as marés. Todas elas possuem vantagens e desvantagens, mas **a energia hidrelétrica, gerada a partir da água em movimento, oferece a melhor relação de custo-benefício para o nosso país.**

Cerca de 90% da energia gerada no Brasil vem de usinas hidrelétricas. Existe sentido neste fato: o território brasileiro possui grandes rios, como o rio Paraná, o rio São Francisco e também o Parnaíba, fato que gera **condições ideais para a construção de barragens e usinas hidrelétricas. Mais barata, confiável e segura, a hidrelétrica também não polui. É por isso, inclusive, que ela é conhecida como a energia mais limpa de todo o mundo.**

(...)

Atualmente a Região Hidrográfica do Parnaíba não é autossuficiente em energia, apresentando **índices de demanda e consumo ainda considerados baixos.**²⁷

A justificativa do projeto segue afirmando a necessidade de incremento de produção de energia para o fortalecimento do agronegócio:

(...) a falta de energia elétrica também tem sido uma das principais **limitações ao desenvolvimento da agroindústria na região.** Isso acontece especialmente no plantio de frutas porque sem energia elétrica fica mais difícil desenvolver os projetos de irrigação do solo.

(...)

Com a implantação de **grandes fazendas de soja nas chapadas**, o avanço da fronteira agrícola no sul dos estados do Maranhão e do Piauí tem crescido. Isso tem gerado melhorias na economia e nos negócios e o aumento da população vinda de fora da bacia. **Portanto, será necessário produzir mais energia para atender essa população maior.**²⁸

Acserald (2004) faz referência a duas concepções da questão ecológica: uma que defende a necessidade de economizar os recursos naturais, dada sua inegável finitude e outra que discute as finalidades de sua apropriação. A segunda formulação pode ser interessante na análise de discursos favoráveis à geração de energia hidrelétrica para problematizar a própria necessidade de incremento constante desta produção e os objetivos a que se destina. Os sentidos atribuídos ao rio e à experiência ribeirinha não são os mesmos que mensuram a viabilidade de uma usina hidrelétrica num dado trecho fluvial nem podem ser avaliados pelos estudos de impacto ambiental promovidos por seus interessados. No Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Cachoeira defende-se que as áreas alagadas não representariam

²⁷ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projetc), p. 23 (grifos nossos).

²⁸ Idem, p. 24 (grifos nossos).

maiores prejuízos para a biodiversidade e que este aspecto teria sido cuidadosamente considerado na escolha do local de instalação. Além disso, estratégias de compensação como criação de “corredores ecológicos”²⁹ estão previstos no projeto. Os argumentos que compõem esse discurso conformam as duas ideias de natureza nas quais se assenta o modelo hegemônico de apropriação do meio biofísico: uma “natureza natural”, à qual se destinam os esforços de conservação e uma “natureza ordinária”, sujeita aos imperativos econômicos e à flexibilização das normas de proteção ao meio ambiente (Acserald 2004). Segundo esta visão, ambientes como a Manga pertenceriam a esta segunda ordem de natureza – ou natureza de “segunda ordem” – e são, assim, passíveis de alteração, pois a condição de “natureza intocada” já teria sido maculada pela intervenção humana.

Alier (2007) identifica três principais correntes ambientalistas e as disputas ideológicas envolvidas na formulação de suas respectivas concepções de natureza. Na corrente intitulada *culto ao silvestre* prevalece a idéia de que a interferência humana na natureza deve ser eliminada ou minimizada ao máximo. Esta corrente encontra respaldo científico na biologia da conservação que, através da interpretação de indicadores próprios, enxerga o crescimento populacional humano por si só como um risco de perda irreparável na biodiversidade. A polarização ser humano / natureza se expressa na ideia de que a interferência do ser humano sobre o ambiente é necessariamente negativa. Sob esta ótica, o ser humano deve estar, na medida do possível, apartado dos redutos de natureza original, mantidos por meio de uma política de criação de áreas de conservação, como parques e reservas florestais.

No *evangelho da ecoeficiência* a natureza é incorporada à lógica capitalista e disponibilizada ao ser humano como fonte de “recursos” apropriáveis e integrantes do mercado. Uma das preocupações centrais dessa linha ambientalista é a busca de “soluções ecológicas” para os problemas ambientais ocasionados pela ação humana, como a reciclagem do lixo e o reflorestamento. Seu vocabulário gerencial é amplamente difundido, incluindo expressões como, “modernização ecológica”, “serviços ambientais”, “capital natural”, entre outros (Alier, 2007). Dada a limitação e escassez destes recursos naturais, estes devem ser explorados da maneira mais eficiente possível. Essa perspectiva um tanto utilitarista da natureza parece o mais palatável dos discursos ambientais na atualidade, pois defende uma suposta compatibilidade de crescimento econômico com proteção ambiental.

Podemos identificar nas duas correntes ambientalistas propostas por Alier (2007) as concepções de natureza assinaladas por Acserald (2004): a “natural”, onde a condição de “intocada” justifica os esforços de conservação (*culto ao silvestre*) e outra “ordinária”, que tem sido apropriada como fonte de recursos (*evangelho da ecoeficiência*). Alguns trechos do RIMA apontam para esta segunda perspectiva ao defender os projetos hidrelétricos como a alternativa de produção de energia mais sustentável, se feita de forma eficiente e responsável nos locais onde há melhor relação custo-benefício em termos de impacto ambiental, ou seja, onde essa “natureza ordinária” é predominante. Em destaque no documento, lê-se:

Nenhuma Unidade de Conservação está dentro ou próxima das áreas de inundação do AHE Cachoeira.³⁰

²⁹ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projetc), p. 49.

³⁰ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projetc), p. 47 (grifos nossos).

No Inventário Hidroelétrico, definido como a “primeira fase dos estudos sobre as hidrelétricas, onde se escolhem os locais mais apropriados para a construção da barragem”³¹, o discurso “ecoeiciente” da otimização do aproveitamento de recursos naturais (melhores custos econômicos/menores prejuízos ambientais) é evocado:

Os impactos ao meio ambiente também foram considerados em função da comparação entre as áreas alagadas pelas barragens estudadas e seus respectivos locais de inundação, ou seja, os estudos analisaram se estes locais iriam alagar cidades ou vilas, áreas de importância turística, histórica ou arqueológica, lugares importantes para a conservação da natureza, etc. **O resultado final desse trabalho foi que se escolheram locais onde a produção de energia fosse as mais altas e os prejuízos ao meio ambiente fossem os mais baixos possíveis.**³²

No inventário da flora regional, a intervenção humana é sempre colocada como um fator negativo. Ao referir-se aos babaçuais, a prática tradicional do extrativismo para produção de óleo sequear é mencionada:

(...) os problemas existentes pela ocupação das terras pelas pessoas que vivem na região, como nas áreas de pecuária, onde o gado é solto para pastar no meio do mato, ou, quando na época da seca o mato é queimado para se plantar as roças, **acabaram por deixar as áreas de cerrado mais “abertas” e pobres. Assim, uma menor quantidade de tipos de plantas ocorre aí.**

O babaçual é uma floresta aberta onde só se encontra, praticamente, a palmeira babaçu. Nessas áreas o homem já habita há muito tempo, e **a quantidade de babaçus são sempre aumentados quando se utiliza o fogo para a abertura de terras para plantio de roças.** A maior parte desse ambiente, com a retirada da mata, tem dado lugar a pastagens e a agricultura.³³

A conclusão do inventário das espécies insinua que o local para a instalação da usina seria o mais adequado, uma vez que sua biodiversidade não é das mais expressivas:

Comparando-se com as áreas das outras usinas hidrelétricas que estão sendo estudadas, a de Cachoeira é a que tem **menor número de tipos de plantas e animais.**³⁴

Quanto aos impactos sociais, raramente mencionados, alega-se o reduzido contingente de remoções, se comparado a outros projetos desse porte. Os remanejamentos previstos totalizariam 468 habitantes da Área de Influência Direta (AID) da usina. Contudo, segundo os locais, esses números estariam distorcidos, pois o documento considera apenas as zonas de maior concentração populacional, desprezando as áreas de entorno menos povoadas:

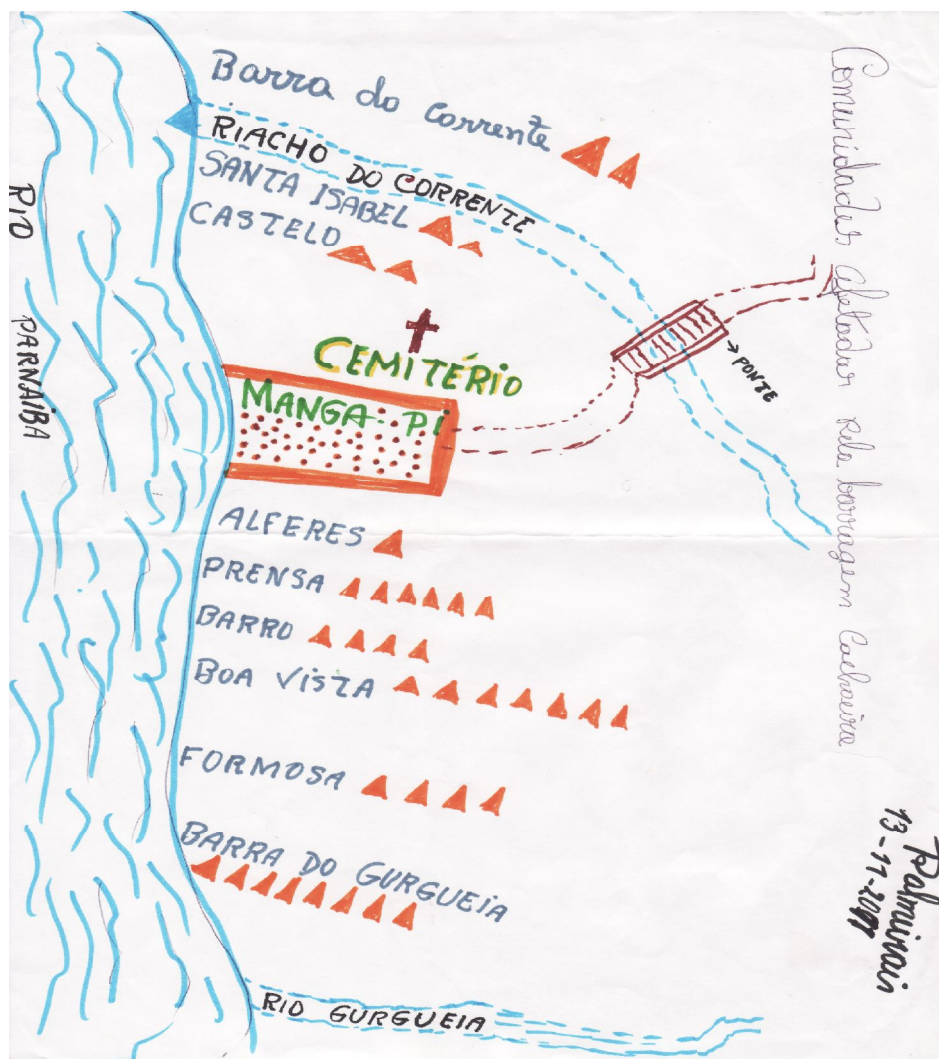
³¹ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projotec), p. 29 (grifos nossos).

³² Idem, idem. (grifos nossos).

³³ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projotec), p. 56

³⁴ Idem, p.57

No RIMA eles não falam nada da Manga Piauí, só mostra essas casinhas daqui, perto da igreja e pronto. Mas quem mora aqui sabe que as terras da Manga vem desde a barra do Corrente até a barra do Gurguéia. Ó aqui o mapa que a gente fez. Tem a Prensa, a Boa Vista... Cadê que eles contam? Eles contam é pelo número de eleitores, num querem nem saber o número de atingidos. (G.P.S., dezembro de 2011)



(Figura 9) Mapa afetivo da área de abrangência da Manga do Piauí, realizado pelos locais em projeto de cartografia social

A responsabilidade assumida nas linhas do RIMA se volta essencialmente à reparação de danos ambientais. Ainda segundo Alier (2007), a despeito das frentes de ambientalismo por ele alcunhadas de *culto ao silvestre* e *evangelho da ecoeficiência* partirem de perspectivas distintas, elas podem se aliar em alguns pontos, como na defesa da criação de parques ou reservas florestais como estratégias de compensação ambiental. É o que se percebe no trecho a seguir:

Como medida de **compensação** pelas áreas de vegetação de transição cerrado-caatinga que poderão ser inundadas pela usina de Cachoeira se

propõe a **criação de uma nova UC³⁵ numa região de vegetação do mesmo tipo**, na bacia do rio Canindé-Piauí que poderá ampliar as áreas protegidas deste corredor.³⁶

A terceira corrente ambientalista identificada por Alier (2007) é o *ecologismo dos pobres*. Segundo o autor, muitas comunidades tradicionais mantêm secularmente uma relação parcimoniosa e sustentável com o meio ambiente, posto que a natureza representa acima de tudo, sua fonte de subsistência. De acordo com esta perspectiva, práticas de manejo menos agressivas e discursos ecológicos se justificam não por uma ideologia conservacionista em si, que polariza ser humano e natureza, mas, sobretudo, por uma preocupação material pragmática e relacionada ao presente. Alier argumenta que a preocupação com o meio ambiente sempre foi vista sob um viés elitista, forjando uma tendência ao não reconhecimento do caráter ambientalista de muitas reivindicações populares. Esta visão é endossada pela ideia de que os pobres não teriam condições de encampar um discurso ecológico, pois a necessidade de sobreviver obscurece preocupações de outras ordens. O meio ambiente, no entanto é parte destas preocupações imediatas de muitos grupos tradicionais e preservá-lo é condição *sine qua non* para sua reprodução social. A causa ambiental assume-se, tal como os movimentos pelo reconhecimento de direitos territoriais indígenas e reforma agrária, enquanto uma ramificação no eixo da luta por justiça social.

Uma significativa produção acadêmica latino-americana tem tratado a questão ambiental a partir desta perspectiva. Em um estudo de caso sobre o patrimônio biocultural de populações indígenas no México, Eckart Boege defende a imprescindibilidade do reconhecimento de práticas tradicionais de agricultura para a conservação da agrobiodiversidade desenvolvida em seus próprios territórios. Bidaseca (2010) discute amplamente a incorporação do pluralismo jurídico nas constituições latinoamericanas, das transformações instauradas pela Convenção 169 da OIT no reconhecimento e natureza dos direitos indígenas e os desafios implicados na definição e convívio destas distintas ordens jurídicas, remontando aos limites e abrangência das ideias de Estado e Direitos Humanos Universais. A perspectiva sobre a relação ser humano/ natureza discutida pela ecologia política introduz neste debate novos atores e transcende o enquadramento da natureza como “natural” ou “ordinária” como assinala Acserald (2004). A natureza é valorizada porque é na interação com o ambiente que suas necessidades materiais são satisfeitas e onde se molda sua sociabilidade:

Não tem condição da gente deixar a roça aqui e ir pro meio da chapada. Lá é tudo seco, não vai dar pra plantar nada. (...) **Farinhada nem vai ter mais porque não vai ter como plantar mandioca.** (M. L. B., julho 2010)

Eu acho que a pesca vai ficar completamente prejudicada. Peixe grande mesmo não vai sobrar. **Eu vivo da pesca, pesco o ano inteiro:** acaba o surubim a gente vai pro piau, acaba o piau, a gente pega o branquinho. **Aqui não dá pra viver só de roça não.** A terra não é boa pra plantar: é só maria-preta e chapada. (J. S., julho de 2010)

³⁵ Unidade de Conservação

³⁶ Idem, p. 49 (grifos nossos).

Nós já temo tudo plantadinho aqui. Pra começar tudo de novo é arriscado a gente morrer sem ver a roça dar alguma coisa! **A gente vai mudar daqui pra viver de que aí no meio da chapada?** Tinguí, pequi, maria-preta³⁷?! Só se for, porque até banana demora pra dar... (G. P.S., julho 2010)

Para além dessa “consciência ecológica” inerente à práxis salientada por Alier, outra relação com o ambiente pode ser observada. Para os habitantes da Manga, o rio Parnaíba não é apenas uma fonte de água ou um depósito de peixes comercializáveis e tampouco uma vitrine de biodiversidade. O Parnaíba é um personagem, protagonista de lendas e histórias repletas de significados. Represar as águas correntes do “Velho Monge” é como encarcerá-lo, constrangê-lo, transfigurá-lo em uma tristonha paisagem lacustre. Um simbolismo desta magnitude não consta nas linhas de um RIMA nem poderia ser mensurado pelas formalidades regulatórias de empreendimentos com finalidades absolutamente destoantes das perspectivas e valores locais:

Antes da Boa Esperança a água vinha até aqui “ó” (aponta para determinada altura na rocha do cais). Até na seca, ele não baixava mais que isso não. Com mais cinco barragens como é que vai ser? **Eu fico triste de ver o Parnaíba seco desse jeito, me dá até um aperto. Um rio desse, como é que pode?** (Z.C., setembro de 2010)

Toda a minha vida é na beira desse rio. Eu vou no rio várias vezes por dia, pra lavar roupa, me refrescar desse calor... Dá pra pegar um peixe quando a gente enjoa de comer criação... às vezes eu vou só pra olhar (risos)! **Tem indenização que pague isso não!** (G. P.S., julho de 2010)

A UHE Boa Esperança figura como a grande causa de todas as transformações percebidas no rio Parnaíba, que impactaram diretamente sobre seus modos de vida:

A gente plantava na vazante. Ficava tudo acolá embrejado depois da cheia. A gente plantava de tudo naquela lama que ficava: arroz, abóbora, quiabo, tomate, cebola, alho, tudo. De primeiro a gente sabia quando era cheia, agora a barragem solta água todo dia, num tem nem como plantar nada. (A.R.C., dezembro de 2011)

Isso aqui não era parado desse jeito não. Descia aquelas balsas com banana, melancia, verdura, tudo barato... A gente comprava tudo era das balsas. Ô tempo bom! (...) Depois de Boa Esperança é que isso acabou. (A.R.C., dezembro de 2011)

O RIMA enfatiza que um dos benefícios do empreendimento é o provável resgate da navegabilidade do rio Parnaíba:

Outro fator favorável à construção da usina de Cachoeira e das outras quatro usinas previstas para a região é a possibilidade de **concretizar o projeto da Hidrovia do Rio Parnaíba. As represas e suas eclusas possibilitariam a navegação de barcos de grande porte** numa grande extensão do rio que

³⁷ Espécies típicas do cerrado e da caatinga.

atualmente não permite a navegação desse tipo de embarcação, pela sua pequena largura e presença de vários bancos de areia, especialmente no trecho do rio que fica abaixo da usina de Boa Esperança³⁸.

Duas informações fundamentais, omitidas no texto, colocam em xeque esse argumento:

1) o projeto de eclusas da UHE Boa Esperança nunca foi concluído, o que já inviabiliza a navegação em boa parte do rio desde sua construção, em 1970;

2) as eclusas mencionadas não fazem parte de nenhum dos cinco projetos do complexo hidrelétrico e teriam que ser projetadas e construídas posteriormente, caso haja interesse³⁹.

Contudo, a maneira como esse argumento é conduzido leva a crer que as eclusas já fariam parte do projeto referido.

Em sua análise sobre descontinuidades culturais e desenvolvimento econômico, Lévi-Strauss (1976) identifica três fontes de resistência das sociedades tidas como primitivas ao desenvolvimento: a “tendência a preferir a unidade à mudança”, o “respeito pelas forças naturais” e a “repugnância por engajar-se num devir histórico”⁴⁰. A ambiguidade da concepção de natureza destas sociedades informa uma relação natureza/cultura distinta da ideia de desenvolvimento vigente, onde a prioridade da segunda sobre a primeira é um dado. A natureza é o lugar da bestialidade, mas também do sobrenatural: é incivilizada e sagrada em simultâneo. Essa sacralidade é muito evidente nas arraigadas concepções ameríndias sobre *pachamama*, a mãe-terra, mas é também a noção subjacente à personificação de um rio, como demonstram os depoimentos citados anteriormente.

Nas vilas da Manga, se a sacralidade do rio é simbolicamente cultivada, a sacralidade da terra é literal: as terras são da “santa”. Essa particularidade expõe a iniciativa a um pré-julgamento, pois, antes mesmo que se conheça a real dimensão dos prejuízos sócio-ambientais, inundar as “terras da Santa” já se mostra condição suficiente para gerar desconfiança e resistência entre os locais, especialmente entre os habitantes do lado maranhense. Quando indagados sobre a garantia de que a inundação não atingiria a igreja e o cemitério a resposta é irônica e conclusiva: “Que eu saiba, água não faz monte”⁴¹. Ademais, todos os habitantes estão assentados sob a condi  o de posseiros e o direito de venda    apenas sobre as edifica  es, pois a propriedade fundiária não    titulada. Esse fato desloca a questão dos direitos territoriais e medidas de compensa  o pertinentes aos processos de remo  o compulsória para outro patamar de discussão. A ocupa  o tradicional da terra, se legitima em parte sua permanência, também fragiliza a posi  o dos atingidos nas negocia  es em vigor. A insegurança dos locais poderia ser assim traduzida: afinal, o que se pode reivindicar quando não se tem título de propriedade?

³⁸ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projotec), p. 24 (grifos nossos).

³⁹ Essa    uma das questões que constam nas atas das audiências públicas da UHE Cachoeira e Estreito.

⁴⁰ LÉVI-STRAUSS, Claude. “As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico”. In: idem. *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. P. 323

⁴¹ A Igreja de Nossa Senhora da Concei  o, o edifício de data  o mais antiga da região e o cemitério logo    sua frente estão situados no mesmo nível da maior parte das residências atingidas. No entanto, os laudos técnicos garantem que só as casas seriam inundadas. Daí a rea  o local.

Se tu for ver bem por aí, filha, ninguém é dono de nada aqui, as terra são tudo de Nossa Senhora e essas casas são tudo de adobe. Tu acha que a gente vai ganhar o que com isso? (M. C. P. S., janeiro de 2011)

Outra transformação esperada - e já sentida – diz respeito à influência do processo de licenciamento da usina no delicado equilíbrio identitário forjado entre as margens do Parnaíba. Apesar da ideia de unidade que figura na percepção local, os povoados passam a ser enquadrados em suas respectivas esferas político-administrativa, pois a AID do empreendimento compreende municípios e localidades rurais dos dois lados do rio Parnaíba, ou seja, em cada estado. Esse diálogo com a população atingida é mediado pelas instâncias governamentais locais e estaduais, com seus respectivos interesses e alinhamentos políticos à esfera federal. As distintas abordagens e discursos entre governo e povoados resultam em divergências no entendimento sobre o projeto e seus impactos, dificultando a articulação entre as comunidades na busca de soluções adequadas a seus interesses:

Eu achei assim, eles foram muito claros, explicaram tudo direitinho pra gente o que ia acontecer, passaram lá as imagens... a gente pode até não querer, mas ninguém escondeu nada de nós. Tava tudo explicadinho lá na audiência. Eu, pelo menos, me senti bem informada. (M. A. S., moradora da Manga Piauí⁴², setembro de 2010)

Eu não acho, não! (risos). Acho que faltou eles explicarem direito. Eu, pelo menos, saí da audiência me sentindo muito mal informada... E teve muita gente que ficou boiando, que saiu com dúvida. (G. C., moradora da Manga do Maranhão, setembro de 2010)

No seio desse processo de diferenciação se delineiam, por sua vez, distintas necessidades, sentimentos e projeções sobre a condição de atingido, constrangidos por uma mesma estratégia de mitigação de impactos, que mascara conflitos e tensões internas:

Eu acho é bom... isso aqui é parado demais, o povo tem que sair pra arranjar emprego. Ao menos é uma obra grande, vai ter trabalho. Eu pelo menos não vou ter que sair, só o pessoal ali da beira do rio mesmo. E se o rio parasse bem aqui na minha porta era bom! (R. P., vila da Manga do Maranhão, setembro de 2010)

E tem gente que tá achando isso bom lá do outro lado, é?! É porque não deve ter nem onde cair morto, só se for... que um negócio desse não é bom pra ninguém. Como é que eu vou sair da minha casa grande, boa, pra ir pra uma casinha pequena, que não cabe nem meus netos, meus bisnetos. Minha família é muito grande! Eles vêm me visitar e ficam tudinho aqui na minha casa, cabe todo mundo. Eu vejo essas casas do governo que tão fazendo ali na ‘rua’ (em referência aos projetos de moradia popular). São tão pequenas

⁴² Os moradores da vila piauiense frequentaram a audiência na cidade de Floriano e os da vila maranhense na cidade de Barão de Grajaú, realizadas nos dias 01 e 03 de março de 2010, respectivamente.

que nem uma cama de madeira cabe, só se a gente se deitar numa esteira de buriti! (risos) Eu acho que vão dar é uma casinha miúda dessas pra gente! (...) E mesmo se derem um dinheiro pra gente construir uma casa igual à nossa, quem garante que a gente vai conseguir uma terra boa ali na frente? A gente vai é pro meio da chapada ou então vamos ter que ir pra ‘rua’ (centro urbano) com um dinheiro que não dá pra nada! (M. L. N., setembro de 2010)

O diálogo entre as instâncias federais e municipais ressignifica as fronteiras interestaduais da comunidade e é possível admitir que estas venham a ser reforçadas tanto pelo olhar que assim as enquadra quanto pela nova configuração espacial que a barragem determina, aumentando sobremaneira a distância e a comunicação entre as margens do rio.

Esta e outras questões pertinentes à vulnerabilidade experimentada pelos locais diante do projeto serão abordadas a fundo no item 2 deste capítulo, a seguir.

2.2 - “... mas o projeto é do governo federal...”

Independentemente do posicionamento em relação ao projeto, é explícita entre os locais a certeza de que não há nada a se fazer em relação a isso, posto que não parece possível fazer frente a qualquer iniciativa governamental. O tom de resignação prevalece nos dois povoados, a cada entrevista.

É preciso contudo ter algum cuidado para não generalizar e reduzir esta resignação a uma simples resistência desmobilizada. O discurso local não é homogêneo tampouco estanque, guardando as contradições próprias da permeabilidade relacional de sua permanente construção identitária (Moreira, 2006). Assim, convivem no emaranhado de opiniões sobre o projeto tanto uma postura mais reticente quanto expectativas sobre os benefícios da obra que remetem à mesma perspectiva de desenvolvimento promovida pelo empreendedor. A geração de emprego e renda são fatores que pesam na avaliação local sobre a barragem, mesmo quando se reconhecem as prováveis interferências em seus modos de vida. Esse desenvolvimento dá-se, pois, suprimindo formas tradicionais de trabalho e renda e instaurando outras, o que engendra um sentimento ambíguo quanto à sua necessidade ou inevitabilidade. As ideias de desenvolvimento/ganho e alteração/perda não são dissociáveis nesse contexto, especialmente pelo *espaço de experiência*⁴³ representado por Boa Esperança.

Uma parcela significativa dos entrevistados considera as indenizações uma oportunidade única de reconstruir a vida de outra forma e a instalação da usina aparece como um indicativo de progresso. Percebe-se nesses casos uma sensível convergência entre a perspectiva local e o discurso do governo e demais empreendedores do projeto, onde as expressões “crescimento” e “desenvolvimento” são quase sinônimas (grifos nossos):

⁴³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006

Eu acho que vai ser muito bom, **vai ter mais empregos pro povo não precisar sair daqui, ir pra rua atrás de serviço...** Acho que vai ficar um pouco mais perigoso com esse monte de gente, mas violência tem em todo lugar, né? (L. M. S., agosto de 2010)

Eu quero que essa barragem aconteça porque eu acho que **vai ter mais dinheiro, mais emprego, é uma obra grande, vai trazer muitos benefícios pra região. E também eu quero mesmo é sair daqui!** (risos) Se vier mesmo (a usina) eu vou-me embora daqui, vou pro Barão (Barão de Grajaú). (A. L. S., julho de 2010)

Todos os brasileiros ganharam com o PAC, grande parte deles por serem beneficiados diretamente pelas obras que estão sendo realizadas e os demais, pelo efeito extremamente positivo que o PAC provoca na economia, garantindo crescimento continuado ao País. O melhor balanço é constatar que as brasileiras e os brasileiros estão vivendo muito melhor e que **o desenvolvimento chegou a todo o território brasileiro. O Brasil entrou na trajetória contínua do crescimento.** E finalmente se tornou o País do presente.⁴⁴

Contudo, feita essa ressalva, é notável o predomínio de forte insatisfação quanto ao projeto e suas possíveis implicações. Somos, pois, instados a perguntar *por que então a oposição majoritária à instalação da usina não engendrou um movimento de resistência organizado na comunidade?*

A remoção compulsória e demais conseqüências da instalação da usina, ainda que sentidas como violação de direitos, não se mostraram condição suficiente para a organização de um movimento interno tampouco de articulação com movimentos de resistência de outras comunidades atingidas em esfera regional, estadual ou nacional. A falta de acesso às instâncias de reivindicação, uma postura duvidosa quanto à realização de um empreendimento deste porte na região e a descrença na possibilidade de fazer frente às iniciativas do governo, principalmente em esfera federal apontam para uma resposta.

Segundo Putnam (1996) o “capital social” de um grupo diz respeito às relações de reciprocidade e confiança e sua capacidade associativa. Depoimentos de teor crítico à falta de solidariedade entre vizinhos ou à participação cada vez menos abrangente de atividades coletivas como as farinhadas denotam o esgarçamento das redes de solidariedade na Manga:

Sou magoada com a Manga porque quando tava em Goiás, minha mãe tava doente, acamada e os vizinhos não iam lá em casa nem levar uma sopa eles num iam! (...) **Esse povo aqui só ajuda mesmo é quem é de fora, quem paga!** (...) e alguém quer lá saber de ajudar num desmanche? (em referência às farinhadas) O pessoal aqui é assim, minha filha, se num tiver dinheiro no meio eles num querem nem saber!! (Z. P. S., setembro de 2010)

⁴⁴ PAC, Relatórios estaduais/Piauí- últimos 4 anos, p. 2 (grifos nossos).

As condições para o exercício da cidadania se verificam quando existem oportunidades reais de realização de interesses (Sen, 1992). O processo de empoderamento promove o desenvolvimento das capacidades de ser e agir de novos atores e grupos sociais e os conflitos inerentes às relações pré-estabelecidas de poder e dominação permeiam todo esse processo. (Romano, 2010). Na Manga, como em muitos outros casos, a resignação reflete, acima de tudo, o sentimento de impotência oriundo de uma profunda consciência sobre o papel historicamente ocupado nas relações com o poder público:

Eu acho também que querendo ou não, a usina vai ser feita. É obra do governo. **O quê que a gente pode fazer contra o governo?** (J. M. S., setembro de 2010)

Eu acho uma pena. Essa Igreja é um patrimônio, toda na pedra. Só tem desse modelo aqui e em Jerumenha. Diz que os escravos carregavam essas pedras em couro de boi. Mas sendo coisa do governo... **O governo só ta abaixo de Deus. E eu tenho fé em Deus que minha santinha não vai deixar isso acontecer.** (A. R. C., dezembro de 2011)

Nas referências ao “governo” a esfera federal aparece como a expressão máxima das assimetrias de poder. Trechos de entrevistas revelam a ambivalência da atuação federal que apresenta simultaneamente atributos de eficiência, seriedade e de distanciamento e opressão. O Estado é o provedor de serviços essenciais, ainda que deficitários, e o maior responsável pela melhoria das condições de vida naquele contexto, como atestam os programas sociais como o Bolsa Família. No entanto, é também de sua inteira responsabilidade a autorização ou interdição de uma obra que lhes viola direitos fundamentais. O Estado é um agente antiambiental por excelência, uma vez que dele dependem as iniciativas ou concessões para o empreendimento das obras mais devastadoras em termos ecológicos (ALIER, 2007). Ao encampar projetos de desenvolvimento de grande envergadura ele ocupa um espaço conflituoso seja no debate ambiental mais amplo, seja nos sentidos e afetos particulares de um povoado como a Manga, surpreendido pela instabilidade de um porvir pleno de contundentes mudanças em suas estruturas de sociabilidade:

E vão mesmo fazer essa usina?! Pra quê? Pra acabar de secar o rio?! Se ele já anda do jeito que tá! E a gente vai fazer o que, se a gente vive é de uma coisinha aí que a gente planta, a gente só tem essa roça, essa criaçãozinha.... Vamo sair daqui pra onde?! Pro meio da chapada?! Olha, **quando o governo quer matar o povo, ele inventa uma desculpa!** (V.F.S., setembro de 2010)

Os locais também enfatizam o caráter contraditório do licenciamento do IBAMA para a construção da usina. Segundo eles, as medidas estabelecidas sob a fiscalização do órgão em nome da preservação da biodiversidade, como a restrição da pesca nos períodos de defeso, parecem irrisórias frente às consequências de um empreendimento deste porte:

Eu acho engraçado é isso: como é que o **IBAMA** não deixa a gente pegar um surubim⁴⁵ e **aprova um negócio desse**, que vai acabar logo é com tudo que é peixe?! (R.P.S., julho de 2010)

⁴⁵ O entrevistado referia-se à proibição da pesca dessa espécie nos períodos de defeso.

CAPÍTULO III

“RIO ABAIXO, RIO ARRIBA”: REFLEXÕES SOBRE A VIDA À BEIRA DO PARNAÍBA

3.1 - Rio Parnaíba: a fronteira (com)unidade

O Parnaíba não separa o Piauí do Maranhão: o Parnaíba une o Piauí ao Maranhão. (P.F.K., janeiro de 2011)

O rio Parnaíba, por exemplo, é um dos limites geográficos mais francos que existem afirmada e inscrita no mapa constituindo “fronteira” do estado do Piauí com o estado do Maranhão. **Este “rio fronteira” é um espaço que separa ao mesmo tempo em que une. Ele até meados do século XIX representava um elo de unidade regional unindo o Piauí ao Maranhão, embora geograficamente os separasse. Representava, ainda, um elo entre o interior e o litoral.** Em verdade, o rio Parnaíba é um desses grandes personagens da História do Brasil em que não basta sublinhar a importância do rio no curso dos séculos, seja econômico, cultural ou social, ou lembrar os contatos que se entrecruzaram em suas margens. É preciso sensibilidade particular para evidenciar os laços entre passado e presente, as relações sociais, políticas, econômicas, enfim históricas, mas acima de tudo, sensibilidade para tratar de paisagens, sejam naturais ou humanas. (GANDARA, 2011, p. 3, grifos nossos)

Neste capítulo pretende-se adensar a questão central desta pesquisa: o significado do rio Parnaíba no sentimento de pertencimento e diferenciação entre as vilas, duplicidade que se percebe no papel que o rio ocupa para cada estado ao qual faz fronteira.

Antes de dar início a esta discussão é mister que se reflita sobre o sentido de comunidade e sua aplicabilidade no contexto da Manga. Segundo a definição de Comerford (2005), uma *comunidade rural* se caracteriza pela existência de “*relações de proximidade e solidariedade, em que sobressaem a importância de parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho e co-participação nas atividades lúdico-religiosas.*”⁴⁶

José Graziano da Silva (1980) estabelece critérios importantes para a definição de camponês, que contribuem para qualificar melhor o caso em estudo:

[...] São quatro elementos fundamentais para defini-lo: a) utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção;

⁴⁶ COMERFORD, John. Comunidade Rural. In: MOTTA, Márcia (Org.). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

b) a posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles; c) produção direta de parte dos meios necessários à subsistência, seja produzindo alimentos para o auto-consumo, seja produzindo (alimentos ou outras mercadorias) para a venda [...]; d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção como mercadoria [...]. (SILVA, 1980, p.3)

A partir dessas definições é possível perceber alguns elementos que caracterizariam a Manga como uma comunidade rural. Entretanto, transformações recentes nos modos de vida tradicionais complexificam a discussão em torno das ideias de “campesinato” e “comunidade” no caso em estudo, quais sejam:

- o ocaso da agricultura de vazante comprometeu a relativa autonomia garantida pela produção de subsistência na região, tornando-os cada vez mais dependentes dos centros urbanos e de outras fontes de renda, o que altera substancialmente os próprios laços e redes de relações característicos do campesinato;
- no discurso dos locais a afirmação de um sentimento de unidade convive com constantes críticas à falta de articulação e cooperação em cada povoado e entre eles;
- o povoado situa-se na fronteira entre dois estados. A esfera federal desconsidera a origem comum do povoado, dialogando em separado com cada um dos estados e municípios durante todo o processo de licenciamento da usina.

Na Manga há um constante intercâmbio não apenas entre os dois lados do rio, mas com as localidades do entorno e núcleos urbanos mais próximos, tanto pela necessidade de bens e serviços como na participação de eventos lúdico-religiosos como colheitas e festejos religiosos. As próprias “farinhadas” acontecem em meses distintos nas diferentes localidades, facilitando a participação e promovendo intensa mobilidade entre as localidades rurais circunvizinhas. Esse contato é ainda reforçado pelas relações familiares e de compadrio que se estabelecem entre os bairros, por ocasião de casamentos entre indivíduos de outros povoados ou mesmo pela oferta de empregos em outras regiões, que ocasionam uma migração bastante acentuada entre os vilarejos.

Queiroz define, a partir de um panorama de abordagens sobre o campesinato, as características gerais do camponês, quais sejam o trabalho rural voltado ao sustento familiar (a produção de excedente sempre constando em segundo plano) e a policultura como consequência disto. A partir desta definição, as vilas da Manga ocupam uma posição ambígua, pois o destino da produção ainda é a subsistência, mas a policultura tem sido cada vez mais limitada pelo funcionamento da UHE Boa Esperança. Não apenas produtos como o óleo e o algodão – em que o beneficiamento exigia uma ampla rede produtiva, envolvendo muitos bairros rurais – mas mesmo a maior parte dos gêneros agrícolas básicos provêm das cidades atualmente.

É preciso contudo, cautela na análise da referida “ambiguidade”, que caracteriza não apenas o caso de estudo, para que não se incorra no risco de pensar o campesinato a partir de uma perspectiva estática e desqualificadora de sua existência. Em sua análise sobre o abastecimento interno no período colonial, Maria Yedda Linhares (1979) ressalta a importância da agricultura de subsistência praticada pela população camponesa livre a despeito dos esforços concentrados na monocultura de exportação e da pouca atenção que a historiografia tradicional conferiu ao tema. Segundo a historiadora, *“a prática camponesa dentro do sistema escravista não estaria confinada a momentos restritos e esporádicos ou a*

conjunturas específicas.” (LINHARES, 1979, p.90). Esta perspectiva abre possibilidades de análise mais complexas da dinâmica de reprodução social desse campesinato e perceber suas feições contemporâneas.

Em sua tipologia do campesinato latino-americano, Wolf define o camponês estritamente como produtor agrícola, não incluindo demais atividades e categorias pertinentes à ideia de campo nas definições mais abrangentes, como extrativistas, pescadores, entre outras. O camponês teria ainda o controle efetivo da terra e a subsistência por objetivo, ou seja, sua produção e mesmo a venda de excedentes são orientadas primordialmente à satisfação de suas próprias necessidades e não ao reinvestimento, como no caso dos “fazendeiros”. Wolf considera ainda fundamental a distinção clássica entre primitivos e camponeses, assinalada por autores como Redfield (1953) e Kroeber (1948). Nela, o campesinato se define como uma cultura parcial inserida em um todo maior, que não pode ser compreendida em seus significados e relações endógenos como o permitiria supostamente uma cultura primitiva. Essa inserção num todo sociocultural mais abrangente informa relações estruturais, não necessariamente conteúdos e semelhanças culturais, onde a estrutura da comunidade se afirma como principal elemento de análise da organização camponesa.

Para Wolf, a identificação e caracterização de tipos diferentes de campesinato não prescinde da análise acurada de sua principal estrutura organizacional: a comunidade. A comunidade é a instância de inserção do camponês na sociedade mais ampla. O autor concebe essa tipologia a partir da regularidade de “relações estruturais” do campesinato e não em semelhanças culturais. Partindo desse princípio, a análise se foca na estrutura das comunidades camponesas e não em elementos culturais indígenas, por exemplo, a despeito de sua abrangência no contexto latino-americano. Wolf sustenta que elementos de cunho cultural apenas se mantêm por longos períodos se mantida a estrutura organizacional no qual eles se reproduzem.

Como afirmado anteriormente, o autor toma a mesma distinção feita por Redfield em seu entendimento do campesinato como uma “cultura parcial”: diferentemente dos primitivos, o campesinato não pode ser entendido isoladamente, mas como uma cultura que se relaciona e se organiza num todo sociocultural mais amplo. E é pela estrutura da comunidade que se dá essa integração, daí a necessidade de uma tipologia das comunidades camponesas na análise do segmento camponês. O autor lembra ainda que essa integração é em si um processo histórico.

Partindo desta perspectiva metodológica e traçando um “conjunto distintivo de relações” característico de cada comunidade, que se forma a partir das condições históricas de formação de cada grupo, Wolf identifica sete tipos comunidades camponesas na América Latina, centrando sua análise sobre as duas primeiras: a comunidade “corporada” e a “aberta”. O autor aponta para a possível inclusão de novos grupos na tipologia bem como para a construção de modelos que abordem a transição entre os segmentos e sua inter relação e enfatiza a distinção baseada em estruturas culturais do campesinato e não em seus conteúdos. Sendo estas culturas parciais, importa entender o “o caráter do todo mais amplo e o modo de integração da cultura parcial a ele.”

Embora a Manga, nem no Piauí nem no Maranhão se enquadre em algum dos tipos propostos por Wolf, é possível perceber a incidência de algumas características de sua classificação, tais como tecnologia tradicional, o trabalho braçal e ocupação tradicional da terra. A inserção limitada no mercado e sua pobreza decorrente também incidem em hábitos e comportamentos simbólicos associados a sua valorização, como a orientação ao consumo parcimonioso, manutenção da simplicidade dos domicílios, construídos em adobe e cobertura

simples, muitas vezes de palha. As mudanças no padrão de vida camponês são lentas e é possível perceber isso na Manga, onde muitos bens foram incorporados ao sabor da própria renovação dos costumes, mas o ritmo de consumo, de aquisição de bens se mantém muito aquém da dinâmica urbana, a despeito do aumento do poder aquisitivo, de outras fontes de renda e do estreito contato com a cidade. Assim como Redfield, Wolf afirma que a família é a unidade de restrição ao consumo em períodos críticos, tanto na comunidade corporada como na aberta. Esse padrão também se verifica no caso em estudo.

A cessão de terras é controlada pela Igreja, havendo certa limitação sobre a venda e estabelecimento de forasteiros, o que se legitima pelo seu caráter “sagrado”. Neste sentido há uma relação ambígua na propriedade da terra: a vulnerabilidade inerente à condição de posseiros convive com certa estabilidade que a devoção à “santa” lhes proporciona. Estar sob a tutela da Igreja limita a propriedade formal – titulada – da terra, mas garante de certa forma uma permanência baseada na fidelidade à paróquia. É corrente a migração de roceiros de outras regiões que se estabeleceram nas terras da Manga e não se deslocaram mais, cessando ali sua trajetória itinerante.

Como aponta o autor em sua caracterização das comunidades corporadas fechadas, o prestígio social neste povoado também é marcado pela ascensão em postos religiosos. Embora a hierarquia patriarcalista do catolicismo seja, a princípio, um fator limitante da participação feminina, as mulheres se inserem em todos os cargos e tarefas auxiliares aos rituais, celebrações, ladainhas, administração financeira, arrecadação de fundos, limpeza, organização dos batismos, festejos, leilões, entre outros. Além disso, há um grande respeito pelas relações de caráter religioso como o compadrio e hábitos como pedir a bênção são profundamente arraigados. A prática da “inveja institucionalizada” como niveladora de hábitos, costumes e mobilidade econômica se percebe nas fofocas e críticas constantes a posturas tidas como “arrogantes” ou “ambiciosas” pelos locais, como os que exercem alguma atividade um pouco mais lucrativa, como o comércio ou os que se beneficiam, mediante relações privilegiadas com citadinos e políticos de um poder aquisitivo superior aos demais.

Assim como no quarto tipo de comunidade camponesa identificada por Wolf, a produção de gêneros na Manga é escoada em mercados locais restritos, porém com alguma estabilidade, como outras localidades rurais e cidades vizinhas. Até a década de 1970 era corrente o trânsito de balsas no Parnaíba, mas a navegabilidade do rio foi comprometida pela barragem de Boa Esperança e assoreamento em muitos trechos, restringindo o fluxo de mercadorias e o alcance geográfico de sua distribuição.

3.2 - Um olhar em cada margem: dois estados, distintas perspectivas

O Piauí se projeta para o Parnaíba enquanto o Maranhão está de costas para (A.P.F.K., novembro de 2011)

Como já dito em outros momentos, o Parnaíba assume um lugar distinto nas suas margens direita e esquerda, a bem dizer, no estado do Piauí e do Maranhão, respectivamente.

O rio Parnaíba seria, para o Piauí, o “modelador da vida do Estado” (Castelo Branco, s/d), o que se reflete no próprio processo de ocupação deste, com mais de 1.300.000 habitantes⁴⁷ distribuídos nos vinte e sete núcleos urbanos às suas margens, entre estes a própria capital do estado. Teresina é, assim, a única na região Nordeste que não está situada na região litorânea, voltando-se econômica e socialmente para os dois rios que se encontram em sua região metropolitana, o Poti e o Parnaíba. No Maranhão há vinte e três cidades à beira deste rio, compondo uma população de pouco mais 700 mil habitantes, onde a mais populosa é a cidade de Timon, que se situa em frente a Teresina. Essa discrepância em dados absolutos se intensifica em termos relativos, posto que a população total nos estados do Piauí e Maranhão é de 3.118.360 e 6.574.789 habitantes⁴⁸, respectivamente.

Os sentimentos distintos em relação ao Parnaíba são uma metáfora do próprio sentido do avanço bandeirante rumo aos sertões maranhenses. Na condução dos rebanhos da Bahia em direção ao Maranhão, o rio Parnaíba é visto de frente em território piauiense e de costas ao adentrar o Maranhão. O sentido de ocupação pastoril destes estados faz do Parnaíba uma descoberta pelo Piauí e uma despedida quando de sua passagem para o Maranhão.

A abundante produção artística e literária sobre o rio Parnaíba, cantado em verso e prosa pelos escritores piauienses de maior expressão, como Da Costa e Silva e Torquato Neto, é um indicador de sua importância neste estado.

Sob outros Céus – IV

Eu sou tal qual o Parnaíba: existe
Dentre em meu ser uma tristeza inata,
Igual talvez à que no rio assiste
Ao refletir as árvores na mata...
O seu destino em retratar consiste,
porém o rio tudo que retrata,
de alegre que era, vai tornando triste,
no fluido espelho móvel de ouro e prata...

Parece até que o rio tem saudade
Como eu, que também sou desta maneira
Saudoso e triste em plena mocidade

(Da Costa e Silva)

Como é possível notar nesse soneto de Da Costa e Silva, não raro o Parnaíba é personificado assumindo os próprios sentimentos declarados pelo eu-lírico na contemplação de suas paisagens vespertinas, as alvoradas, o poente, o correr contínuo e manso das águas.

A condição de fronteira também é frequentemente aludida nos poemas sobre o Parnaíba. No poema que se segue, de autoria de Torquato Neto, o bucolismo melancólico cede espaço a um Parnaíba sentido a partir de uma perspectiva urbana:

⁴⁷ Todas as informações sobre a distribuição demográfica do vale do rio Parnaíba foram extraídas a partir de dados do IBGE (censo demográfico de 2010). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pi> e <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=ma>

⁴⁸ Dados do IBGE (censo demográfico de 2010). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/index.php>

A Rua

Toda rua tem seu curso
Tem seu leito de água clara
Por onde passa a memória
Lembrando histórias de um tempo
Que não acaba

De uma rua de uma rua
Eu lembro agora
Que o tempo ninguém mais
Ninguém mais canta
Muito embora de cirandas
(oi de cirandas)
E de meninos correndo
Atrás de bandas

Atrás de bandas que passavam
Como o **rio parnaíba**
Rio manso
Passava no fim da rua
E molhava seu lajedos
Onde a noite refletia
O brilho manso
O tempo claro da lua

Ê São João é Pacatuba
Ê rua do Barroão
Ê Parnaíba passando
Separando a minha rua
Das outras, do Maranhão
De longe pensando nela
Meu coração de menino
Bate forte como um sino
Que anuncia procissão

Ê minha rua meu povo
Ê gente que mal nasceu
Das dores que morreu cedo
Luzia que se perdeu
Macapreto Zé Velhinho
Esse menino crescido
Que tem o peito ferido
Anda vivo, não morreu

Ê Pacatuba
Meu tempo de brincar
Já foi-se embora
Ê Parnaíba
Passando pela rua
Até agora
Agora por aqui estou
Com vontade
E eu volto pra matar
Essa saudade

Ê São João ê Pacatuba
Ê rua do Barroão.

(Torquato Neto, 1966, grifos nossos)

Vir, ver ou vir

VER
e deu-se que um dia o matei, por merecimento.
sou um homem desesperado andando à margem do rio Parnaíba.

(Torquato Neto, 1972)

Na produção contemporânea, chamam a atenção as referências e apelos de cunho ecológico, como nos trechos a seguir:

Rio Parnaíba

Como as paralelas pelo infinito
Riachos em desfile assim se encontraram,
Do “Água Quente”, em choro mó e agito,
Águas da Chapada, em rio se tornaram.

Ó viandante – ó rio que vem de longe!...
“Rio dos Tapuias” – águas de lá de riba,
“Punaré”; “Rio das Garças” – ó “Velho Monge”!
Rio de nossas vidas – ó rio Parnaíba!...

Águas claras formam lago e do excesso,
Movem turbinas – povos em progresso;
Pela região é bom que lhes protejam!...

E da Nascente ao Delta – a consciência!...
De ele ser limpo e puro – a sapiência!...
Triste, ... Toda a areia e esgotos lhes despejam.
(...)

Ao Rio Parnaíba, por banhar minhas paixões – Teresina e Floriano.
Todas as cidades do Médio e do Baixo Parnaíba,
necessitam da consciência de sua preservação.
É triste vê-lo agonizando!...

(José Ribamar dos Santos, 2007)

Elegia ao Rio Parnaíba

Oh, Rio Parnaíba!
Oh, meu Rio Parnaíba não és, tu, muso
O qual tão sublime ascende
A alma do poeta e a voz ativa
Que deleitam inspirados
A bradar tão relutantemente

Tua gloriosa história, tuas calmas margens?
Não és o meio de vida de teu povo
Por mais que te matem e matam
De tanto desamor?
Tão vívidas lidas para te ressarcir
Do vôo infértil.

Foste, outrora, berço de tantos acontecimentos!
És, no entanto, a elegia de teu povo
Que te mata, devora teus sonhos
Que tens para que se realizem
Em gerações futuras.
Hoje, em estado lastimável!
Misérrima paisagem!
Dantes suas águas claras banhavam
As coroas, agora, degradadas, obscuras,
Sombrias, sombras, solitário rio!
Marcas de um silêncio!

És, tu,
Um ritual de vida,
Mito e fantasia em seu leito
Glorioso de Mortal beleza,
Mas jaz-se, agora, ofuscado por feridas
Que te degradam,
Que te calaram o orgulho ferido de teu povo.

Meu Rio Parnaíba,
Porto de minhas lembranças!

Não!
Não te vás embora, agonizando abandonado,
Pois há aqueles que te podem salvar
Do cruel leito d' morte
E voltarás a tua saga majestosa
E terás muitos admiradores.

(Davys Souza, 2008)

O tom de ode permanece nesta produção recente. No poema a seguir, o autor pede “licença” ao poeta Da Costa e Silva pela intimidade com que trata o rio que aquele consagrou:

VISÃO DO RIO PARNAÍBA

(Com o perdão de Da Costa e Silva, o maior dos poetas piauienses).

Parnaíba, te vejo intensamente,
na dor de “velho monge” resignado,
a dar vida, prendido na corrente,
a derramar-te ao longe, e fatigado.

No rijo dorso levas, noite e dia,
lendas, canoas, barcos, pescadores.

E em cada braço, a verde ramaria
enfeitada de rendas e de cores.

Sem bordão, sem rosário, sem vaidade,
desafia o sol, a areia ardente,
abraçando cidade e mais cidade.

Nessa faina, ora calma, ora inquieta,
Humildemente, carismaticamente,
Cantas do canto que cantou o poeta.
(Francisco Miguel de Moura)

Entre as lendas piauienses, boa parte delas urbanas, a mais conhecida e divulgada é o mito do cabeça-de-cuia, uma entidade que emerge do rio Parnaíba logo após as cheias:

Crispim era um pescador que vivia da pesca nas águas do rio Parnaíba e habitava as suas margens, nas imediações em que o rio recebe as águas do Poti, zona norte de Teresina. Morava com a mãe, já velha e adoentada. Cetravez, depois de passar um dia inteiro sem nada conseguir pescar, Crispim volta para casa cheio de frustração e revolta. Pede à mãe alguma coisa para comer, e esta lhe serve o que tinha: uma rala sopa de osso. Irritado, Crispim grita que aquilo é comida para cachorro, e em seguida pega o osso e parte para cima da mãe, atingindo-a várias vezes. Desesperado, o pescador sai correndo porta afora e joga-se nas águas do rio, enquanto a mãe, agonizando, lança-lhe uma maldição: haverá de se transformar em um terrível monstro, que só descansará quando lhe forem sacrificadas sete virgens chamadas Maria.

Crispim se transforma no Cabeça-de-Cuia, que surge do fundo das águas para assustar as lavadeiras e ameaçar os pescadores que pesquem em excesso, além do que precisam. Dizem que, durante a noite, o Cabeça-de-Cuia se transforma num velho e sai vagando pelas ruas de Teresina. (Lenda popular do Cabeça-de-Cuia, disponível em: http://www.piaui.com.br/turismo_txt.asp?ID=462)

No Maranhão o Parnaíba não tem essa expressividade folclórica e artística, a despeito da riquíssima produção cultural do estado. Contudo, as diferenças na relação com o Parnaíba nos dois estados não se restringem ao conjunto de manifestações populares e artísticas sobre este. Ainda que as vilas da Manga guardem profundas similaridades geográficas e o mesmo grau de dependência do Parnaíba nos dois lados, as entrevistas revelam perspectivas razoavelmente distintas quanto ao rio ou à iminente condição de atingido. A inundação da igreja, do cemitério e as próprias remoções são preocupações mais frequentes entre os habitantes do lado maranhense. Já entre os piauienses sobressai o receio quanto aos impactos da obra sobre o rio Parnaíba, como já afirmado.

CONCLUSÕES

A categoria “atingido” é um conceito que evoca diretamente o debate sobre reconhecimento e legitimação de direitos de seus depositários e vem sofrendo profundas transformações e alargamento nos últimos 30 anos (VAINER, 2008). A concepção de atingido ultrapassa as abordagens “patrimonial-territorialista” e hídrica, que o restringia aos sujeitos que sofriam perdas de propriedade na área inundada (e, portanto, passíveis de indenização) e passa a abranger outras esferas de vulnerabilidade sociais e econômicas que o empreendimento determina. Nesse espectro são consideradas as mudanças abruptas nos modos de vida tradicionais que implicam inúmeras perdas imateriais, simbólicas, como por exemplo, as alterações nos ciclos da pesca e agricultura das populações à jusante da barragem. As consequências sobre a agricultura de vazante para as populações à jusante introduz neste debate uma perspectiva temporal, que situa os impactos dos diferentes estágios de funcionamento da usina, desde a insegurança e paralisação que acompanha o processo de licenciamento, passando pela instalação – que determina os deslocamentos compulsórios - até sua efetiva operação (VAINER, 2008).

À jusante de Boa Esperança e à mercê de Cachoeira, os ribeirinhos das vilas da Manga se colocam nos dois extremos da condição de atingidos, onde presente e futuro, vivido e imaginado, experiência e expectativa são indissociáveis.

A percepção sobre os impactos da UHE Cachoeira pode ser evocada ainda como um fator de distanciamento ou redefinição da ideia de pertencimento comum nas vilas da Manga. Considerando que sob diferentes sentimentos e horizontes sobre a condição de atingido se impõe uma mesma estratégia de mitigação de impactos, esses conflitos não se resumem a mera divergência de opiniões, tensionando as relações internas. Uma das questões mais instigantes deste caso seria compreender em que medida todos os processos envolvidos neste projeto de UHE, do estudo de impacto ambiental à construção da barragem, alterariam a ideia de unidade e pertencimento interestadual do povoado. Cachoeira estaria a forjar, reforçar ou apenas evidenciar os conflitos identitários entre piauienses e maranhenses vinculados por um rio? O rio Parnaíba tem sido, a despeito de sua formalização como fronteira, um grande elemento de integração entre os estados do Piauí e do Maranhão, criando pontes de interdependência entre seus habitantes. No caso em estudo, este rio não representa um obstáculo ao contato entre os dois lados, mas um fator de ligação, engendrando forte sentimento de unidade entre os dois lados da comunidade. Todavia, a Manga é vista pelas instituições públicas e privadas responsáveis pela instalação da usina como duas comunidades distintas, a vila do Piauí e a vila do Maranhão. A despeito de qualquer análise mais acurada sobre essa suposta influência, é possível apreender a redefinição sutil do sentimento de pertença, os tímidos contornos deste distanciamento:

A gente aqui, o lixo que for de comida a gente enterra, o que não for a gente junta e queima. **Custava eles fazerem isso lá do outro lado** (referindo-se ao lado maranhense)?! Aí fica tudo por ali, chove, escorre tudo pro rio. (R.P.S., julho de 2010)

Pode-se inferir em caráter preliminar que, a despeito da forte integração entre as duas vilas, a relação de cada estado com o rio Parnaíba se verifica, ainda que sutilmente, em nível local, informando diferenças de pertencimento que se refletem nas próprias posturas quanto à barragem. O Piauí possui historicamente estreito vínculo cultural e econômico com o rio Parnaíba. Cerca de setenta por cento de sua bacia é proveniente da malha fluvial deste estado enquanto vinte por cento correspondem ao Maranhão⁴⁹. O estado do Piauí está inteiramente voltado para o Velho Monge, assumindo-o quase como seu: a maior parte das principais cidades piauienses está às suas margens e o “festeja” como uma espécie de dádiva e personagem de vida própria. No refrão do hino do Piauí, o Parnaíba não aparece como um passivo provedor aquífero: faz-se ao rio um pedido, o pedido de que ele leve seu próprio “canto de exaltação” pelos sertões, várzeas e chapadas. O Parnaíba não é, assim, meramente citado: ele é o protagonista do hino de um estado. Em contrapartida estes laços não parecem tão intensos no Maranhão, que teve um processo de povoamento bastante diferenciado. Sua capital, São Luís, está localizada no litoral e a ocupação do interior não se concentra no entorno do Parnaíba, uma vez que o estado conta com inúmeros rios senão tão importantes ao menos melhor distribuídos pelo seu território.

Levando em consideração a revisão bibliográfica sobre o sentido de comunidade rural, podemos inferir que, ainda que as vilas da Manga não sejam passíveis de uma classificação exata, tampouco são desprezíveis a ponto de as tratarmos como localidades rurais amorfas e não integradas. Sem a pretensão de dar uma resposta fechada a esta questão ou de criar uma categoria que dê conta da complexa relação entre os dois povoados, historicamente mediada pelo Parnaíba, acredito ser plausível pensar as vilas da Manga, ao menos em separado, como comunidades rurais.

Compreender as transformações que as expectativas sobre a UHE Cachoeira ensejam nas vilas da Manga é, pois, lançar luzes sobre as possíveis consequências dos projetos hidrelétricos do rio Parnaíba sobre os laços seculares que a frontalidade entre os sertões do Piauí e do Maranhão instituiu.

⁴⁹ RIMA p. 41

FONTES

- Atas das audiências públicas das UHEs Cachoeira e Estreito nas cidades de Floriano (PI) e Barão de Grajaú (MA), realizadas dias 01/03/2010 e 02/03/2010 respectivamente.
- CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1988.
- Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) de Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projetec).
- NETO, Otoniel Fernandes. *Viagem Pictórica pelo Rio Parnaíba*. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2010.
- Páginas eletrônicas do IBGE/SIDRA
- Páginas eletrônicas das prefeituras municipais de Floriano (PI) e Barão de Grajaú (MA).
- Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do AHE Cachoeira (CNEC, Chesf, EnergIMP, Queiroz Galvão, Projetec).
- Relatórios estaduais do PAC (Piauí) - <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/estaduais/piaui-1/piaui-balanco-de-4-anos>
- Relatórios nacionais do PAC 2 - <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/2011-nacionais/abertura>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, Joan Martínez. *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 6. N. 01, ANPUR, maio de 2004, pp. 9-32

ARCE, Alberto. “Qué es lo social en los estudios ambientales?” in: *Gobernabilidad ambiental y desarrollo sostenible en Petén (memoria III Encuentro sobre desarrollo sostenible en Petén)*. FLACSO, Guatemala, 2007.

BEBBINGTON, A. *Capitals and Capabilities. A Framework for Analysing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty in the Andes*. London: IIED/DFID, January 1999.

BEZERRA et all. *Gestão das águas de barragens do Nordeste a partir de uma perspectiva social econômica*. ANAIS... 47º Congresso da Associação Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural- SOBER. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

BOURDIEU, P. “Por uma ciência das obras”. In: idem, *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus, 1996.

CARDOSO, Luciene. B., COSTA, Alcília A. A., ALMEIDA, Iago T., VELOSO, Samara. *Paisagem e memória: impactos ambientais da Usina Hidrelétrica Castelhana em Palmeiras, Piauí*. (UFPI, 2010).

CARDOSO, Ruth. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica – teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1998 (2ª ed.).

CARNEIRO, Maria José. *Ruralidades: novas identidades em construção*. Estudos – Sociedade e Agricultura, n. 11, out., 1998.

CASTELLS, Manuel. “O Verdejar do Ser”. In: *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000 (2ª ed.)

COMERFORD, John. Comunidade Rural. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

COSTA, Alcília Afonso de Albuquerque. *Usina hidrelétrica Estreito do Parnaíba: impactos ambientais e sócio-culturais na cidade histórica de Amarante, Piauí*. UFPI

DAGNINO, E. “Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades”. In: DAGNINO, E. (org) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DOMINGOS, N. M. “A intervenção do Estado”. In: *Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina, Fundação CEPRO, 1983.

FOUCAULT, M. “Soberania e disciplina”. Curso do *Collège de France*, 14 de janeiro de 1976. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GANDARA, Gercinair Sivério. *Rio Parnaíba... Cidades-Beira*. Brasília: UNB, 2008.

GERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2001.

HABERMAS, J. “O conceito de poder de Hannah Arendt” (1976). In: Freitag, B. e Rouanet, S. P. (orgs.). *Habermas*. São Paulo: Ática, 1980

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “As discontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico”. In: idem. *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LIMA, Marconis Fernando. *Cidade de Boa Esperança: memórias da construção da usina hidrelétrica em Guadalupe-Piauí*. Dissertação de Mestrado, FUFPI/História, 2007

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

MEYER, Doris Rinaldi. *A terra do santo e o mundo dos engenhos – Estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOREIRA, Roberto José. *Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, abril 2003.

_____. “Identidades complexas no conhecimento científico sobre comunidades costeiras”. In: AMODEO, N.B.P. e ALIMONDA, Hector. *Ruralidades, capacitação e desenvolvimento*. Viçosa: UFV, 2006.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia – a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ROMANO, J. O. “Crise financeira e estratégias de desenvolvimento nacional”. In: Moreira, R. J., De Castro, E.G. e Bruno, R.L. (orgs.). *Questões Rurais Brasileiras no Início do Século XXI*, Rio de Janeiro, Mauad, 2010 (no prelo)

_____. *Empoderamento e poder no enfrentamento da pobreza (s/d)*.

SANTOS, B. de S. “Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva”. In: Santos, B. de S. (org.). *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Inaura Maria de Almeida. *História do município de Barão de Grajaú*. Teresina: Ed. UFPI, 1992.

SILVA, José Graziano da (Org.). *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

SOUSA, M.Sueli e WADDINGTON, M.T.R., *Cinco Barragens no Parnaíba e as Populações Quilombolas e Agricultores Tradicionais no Piauí*, Anais da X Reunião Antropologia do Mercosul, Curitiba, 2011.

VAINER, Carlos Bernardo. “Conceito de ‘atingido’: uma revisão do debate”. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa: UFV, 2008.

_____. *Conceito de “atingido: uma revisão do debate e diretrizes*. Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/central>

WANDERLEY, Maria Nazareth. *A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo*. Estudos – Sociedade e Agricultura, n. 15, out., 2000.

WILLIAMS, Raymond. *A cidade e o campo na História e na Literatura*. 2a. reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

_____. *Cultura e Sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1969.

ANEXOS

Anexo A – Resolução nº 543, de 20 de julho de 1864



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ

CÓPIA AUTÊNTICA

RESOLUÇÃO N. 543, PUBLICADA EM 20 DE JULHO DE ~~2004~~ ¹⁸⁶⁴
ELEVA Á CATHEGORIA DE VILLA A POVOAÇÃO E FREGUEZIA DA MANGA

Franklin Americo de Menezes Doria, Presidente da Província do Piauhy. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial, decretou, e eu sancionei a Resolução seguinte:

Art. 1º Fica elevada á cathegoria de villa a povoação e freguezia da Manga.

Art. 2º Os limites do termo, que fica fazendo parte da comarca de S. Gonçalo, serão os mesmos da freguezia traçados pela Resolução n. 502 de 7 de Agosto de 1860.

Art. 3º Haverá, na referida villa, um lugar de tabellião publico do judicial e notas, que accumulará os officios do escrivão de orfãos, provedoria capellas, e residuos, civil e crime e mais annexos.

Art. 4º Revogão-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, á todas as auctoridades á quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumprão e fação cumprir, tão inteiramente como n'ella se contém. O Secretário da Província a faça imprimir, publicar e correr. Palacio da Presidência da Província do Piauhy em 20 de Julho de 1864, 439 da Independencia e do Imperio.

Lugar do Sello.

FRANKLIN AMERICO DE MENEZES DORIA,
João de Castro Lima e Almeida a fez.

Sellada n'esta Secretaria da Presidencia do Piauhy, aos 20 de Julho de 1864.

O chefe da secção
Filinto Elysio Fernandes de Moraes
No impedimento do Secretario.

N'esta Secretaria da Presidencia do Piauhy foi publicada a presente Resolução aos 20 de Julho de 1864.

Filinto Alysio Fernandes de Moraes
Registrada a fl. 176 do livro 5º de Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria da Presidencia do Piauhy, 20 de Julho de 1864.

João de Castro Lima e Almeida.

(in LEIS DO PIAUHY - 1864 a 1867 - pag. 40)

Anexo B – Despacho nº 374/2009 – DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Fls.: _____
Proc.: _____
Rubr.: _____

Despacho n.º 374/2009-DILIC/IBAMA

Brasília, 18 de dezembro de 2009.

Ao: Gabinete

Assunto: Aceite dos EIA/RIMA das UHE de Ribeiro Gonçalves, Cachoeira, Castelhana, Estreito e Uruçui.

Senhor Presidente,

Considerando que o Empreendedor entregou o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental referente aos processos 02001.002986/04-18, 02001.002987/04-54, 02001.002988/04-07, 02001.002989/04-43 e 02001.002984/04-11.

Considerando a análise técnica feita através do Parecer nº 104/2009 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA e Informativo Técnico nº 036/2009 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

Considerando que já foram encaminhados ao empreendedor os seguintes documentos: Parecer nº 104/2009 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA e Informativo Técnico nº 036/2009 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, para que seja providenciado as devidas adequações.

Considerando que foram apresentadas as complementações e que estas estão em análise.

Considerando que a IN 184/2008 estabelece os procedimentos de Licenciamento Federal.

Considerando que o IBAMA deve atestar se o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental atendeu ao solicitado no Termo de Referência – TR com fins de disponibilizá-los para audiência pública e iniciar a análise de mérito.

Considerando que o CHECK LIST é um instrumento de aferição preliminar para o recebimento dos estudos apresentados.

Considerando que não está claro o nível de profundidade exigido para realização do CHECK LIST.

Considerando entendimento desta DILIC que o estudo ambiental apresenta as condições necessárias para conhecimento da sociedade.

Considerando o atendimento ao princípio da precaução efetivado com a



PAB



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

solicitação de complementações ao EIA/RIMA.

Considerando a necessidade de oitiva da população para aperfeiçoamento do estudo, se necessário.

Considerando que qualquer ato de aprovação do EIA/RIMA só será feita após a efetiva participação da sociedade e o recebimento de suas contribuições.

Considerando que o EIA/RIMA apresentado é suficiente para ser disponibilizado em audiência pública.

Considerando que as complementações elencadas nos pareceres não interferem na apresentação do projeto à sociedade, nem das informações constantes no RIMA, objeto das audiências públicas, conforme Resolução CONAMA 09/1987.

Considerando que o RIMA é o documento disponibilizado para que a sociedade tenha conhecimento dos Estudos de Impacto Ambiental referentes ao projeto. Serve como base para discussão com a sociedade em audiência pública e para apresentação de comentários e sugestões. Embora esse Relatório seja distinto do EIA, ele reflete tanto os seus acertos quanto suas deficiências (Fonte: cartilha - mpdf - deficiências em estudos de impacto ambiental).

Considerando que não há início de obras nesta fase do licenciamento.

Diante do exposto estamos encaminhando ao empreendedor ofício de aceite e solicitação de datas e locais para a realização das audiências públicas.

Na oportunidade, apresentamos os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Pedro Alberto Bignelli
Diretor de Licenciamento ambiental

Visto
De acordo

Roberto Messias Franco
Presidente do IBAMA
22/12/2009



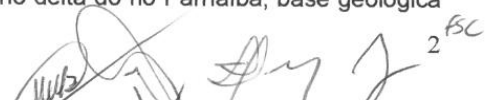
ga/dilic filic

Anexo C – Ata da Audiência Pública da UHE Cachoeira do município de Floriano - PI

Ata da Audiência Pública para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Cachoeira e Estreito e suas respectivas Linhas de Transmissão, realizada ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dez, às dezessete horas, no auditório do Hotel Rio Parnaíba, na cidade de Floriano no estado do Piauí. Inicialmente foi lido o nome da Mesa de Abertura, composta pelo Presidente Manoel Borges de Castro – Superintendente Substituto Estadual do IBAMA do Estado do Piauí; Pedro Leão Soares Pires - Superintendente Substituto Estadual do IBAMA do Estado do Maranhão; Oscar Siqueira Procópio – Vice-Prefeito de Floriano; Wallen Mousinho - Prefeito de Guadalupe; Raimundo Nonato e Silva – Prefeito de Barão de Grajaú; Moara Menta Giasson – Representante do IBAMA/DILIC; Anthonio Reis Neto - Vereador de Floriano; Maurício Bezerra – Secretário de Meio Ambiente de Floriano; José Ailton de Lima – Diretor de Engenharia da CHESF; Ailton Freitas Feitosa – Gerente Operacional da CHESF e Valério de Carvalho – Deputado Estadual. O Presidente da Mesa, Manoel Borges de Castro, abriu os trabalhos da Audiência e passou a palavra para Moara Menta Giasson para leitura do regulamento da Audiência Pública. Em seguida, passou-se a palavra para: José Ailton de Lima – representante da CHESF, que agradeceu a presença de todos e destacou a importância dos estudos realizados pelo consórcio proponente e da relevância da obra para o Sistema Integrado Nacional; Wallem Mousinho - Prefeito de Guadalupe, que destacou a importância da obra para a região; Oscar Procópio – Vice-Prefeito de Floriano, que também destacou a importância dos empreendimentos para o município e por último ao Sr. Valério de Carvalho – Deputado Estadual, que mencionou aos presentes a alegria e a angústia para a região geradas pelos AHEs Cachoeira e Estreito e a necessidade de informações à população.. A Mesa de Abertura foi desfeita e a Mesa Diretora foi formada pelo Presidente Manoel Borges de Castro - Superintendente Substituto Estadual do IBAMA do Estado do Piauí; Moara Menta Giasson – Secretária Executiva da Mesa Diretora e Representante do IBAMA/DILIC; Ricardo José Sá Fortes de Arruda – Representante do IBAMA/SUPES/MA; Severino Moraes – representante da CHESF, CNEC, Energimp e Queiroz Galvão; e Paula Guedes, responsável pelos estudos ambientais. A palavra foi passada ao representante do IBAMA/DILIC, Moara Menta Giasson que explicou o papel do licenciamento ambiental e a importância da Audiência Pública no processo de licenciamento ambiental para apresentar os impactos dos empreendimentos. Além disso, destacou que o IBAMA e a empresa estavam ali para ouvir e esclarecer as dúvidas. Dando prosseguimento, foi convidado o Sr. Kalil Farran, representante da CNEC Engenharia, que agradeceu a presença de todos, apresentou os proponentes do projeto, fez um breve histórico dos empreendimentos propostos para o rio Parnaíba e destacou os temas a serem abordados na presente Audiência Pública. Em seguida, a palavra foi passada a Fernando Machado, que abordou questões técnicas inerentes aos aspectos de engenharia dos AHEs Cachoeira e Estreito. Logo após, o professor Recena, da empresa Projetec, apresentou os resultados dos estudos realizados na bacia do rio Parnaíba para a análise da viabilidade

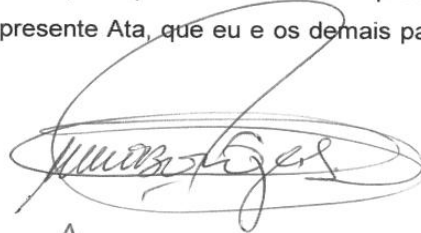
Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'Kalil Farran' and there are several initials and marks around it.

ambiental dos empreendimentos: dados socioeconômicos, comunidades atingidas, a condição de atingido e os impactos ambientais decorrentes dos empreendimentos e seus respectivos planos e programas de mitigação. Retomou a palavra o Mestre de Cerimônias para comunicar o intervalo de 15 minutos para o lanche e, na sequência, a abertura do espaço para a formulação de perguntas relacionadas aos empreendimentos a serem respondidas pelos técnicos responsáveis pelo estudo. Após o lanche foi retomada a mesa sendo dada a palavra ao seu Presidente, o qual informou os presentes que questionamentos poderiam ser enviados ao IBAMA dentro de um prazo de 15 dias. Deu-se início à fase de leitura dos questionamentos, agrupados em blocos de 20 perguntas de acordo com o assunto, seguidos de respostas da CNEC, CHESF e IBAMA. Houve, além de manifestações, 110 perguntas escritas e 18 questionamentos com uso do microfone, os quais versaram sobre: indenização de imóveis, benfeitorias, atividades econômicas, etc.; dúvidas quanto à precisão da demarcação das cotas de inundação e ao alagamento de localidades (propriedades, patrimônios histórico e arqueológico); realocação de comunidades, pessoas e estruturas; manutenção de fontes de trabalho e renda; cadastro fundiário; área de preservação permanente; alteração de projeto para evitar alagamento de comunidades; construção de eclusas e manutenção da navegabilidade; impactos na ictiofauna (mecanismo de transposição de peixes); impactos na pesca durante a instalação e operação das usinas; Projeto Casulo; unidade de conservação, compensação ambiental (valor e destinação); pleitos do governo estadual; áreas de lazer (praias); manutenção de rendas sazonais, como aquelas dos barraqueiros; eficiência (área de alagamento x geração de energia) do AHE Cachoeira; alteração da matriz energética para outras menos poluentes, como solar; validade dos estudos sobre o meio biótico; motivo da proposição de 05 empreendimentos; passivo socioambiental da UHE Boa Esperança; baixo retorno financeiro para os municípios atingidos frente aos altos lucros provenientes dos AHEs; medidas para minimizar os impactos previstos; participação de órgãos/instituições relacionadas ao empreendimento; valores previstos para a obra e para os programas de mitigação; erros no EIA (falta de consulta a órgãos locais durante a elaboração dos estudos); efeito do alagamento do AHE Estreito em Floriano (área alagada, proliferação de vetores, incidência de afogamento); alteração do regime do rio de lótico para lântico; divulgação da realização das Audiências Públicas; informação equivocada no EIA sobre locais atingidos; extração de areia e argila; acesso ao laudo de avaliação; valor da tarifa de energia (se haverá redução para os municípios atingidos); supressão da vegetação, paliteiros; risco de ruptura e segurança da obra; impacto na piscicultura existente e desenvolvimento da pesca no lago (repovoamento); segurança do fornecimento local de energia elétrica no sistema interligado nacional; benefícios a serem recebidos pelos atingidos; destinação de animais ameaçados de extinção; falta de clareza nas informações prestadas; impactos não previstos na cidade de Jurumenha; divisão de *royalties* por municípios; regularização fundiária; irresponsabilidade do aceite do EIA por imprecisão dos estudos; importância dos sedimentos do rio Gurgueia no delta do rio Parnaíba; base geológica

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature, the initials 'Jy', and a small '2' with a superscript 'BC'.

no local do barramento; estudo para verificar a possibilidade de ligação de lagoas naturais; salvamento de abelhas; data de início e término das obras (se as construções das usinas se darão ao mesmo tempo ou separadas), em cuja resposta o consultor sugere o estabelecimento de um cronograma de construção em função da estabilização da qualidade da água; problemas sociais agravados (prostituição, baixa autoestima); credibilidade no compromisso da empresa com o meio ambiente e com a legislação vigente; manutenção da cultura local; redução da drenagem urbana e riachos na cidade de Florianópolis. Sobre a delimitação da área inundada (cota de inundação) para a comunidade de Artur Passos, a empresa consultora se comprometeu a levantar esse dado e repassar a informação. Documentos foram protocolados durante esta Audiência para constarem no processo de licenciamento ambiental. Encerrados os debates, o Presidente da Mesa Diretora dos trabalhos considera a Audiência Pública válida, tendo em vista que os procedimentos de divulgação foram atendidos conforme preconiza a Legislação Ambiental vigente. Agradece a presença de todos os participantes e convidados presentes e dá por encerrado os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que eu e os demais participantes assinamos.

Presidente da Mesa: Manoel Borges de Castro



Secretária Executiva da Mesa Diretora: Moara Menta Giasson



Representante do IBAMA/SUPES/MA: Ricardo José Sá Fortes de Arruda



Representante dos Proponentes dos Projetos: Severino Moraes



Responsável pela elaboração da Ata: Fabíola Schupcheki Cleto



Anexo D – Ata da audiência pública da UHE Cachoeira do município de Barão de Grajaú

Ata da Audiência Pública para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Cachoeira e Estreito e suas respectivas Linhas de Transmissão, realizada ao segundo dia do mês de março do ano de dois mil e dez, às dezesseis horas e quinze minutos, no Colégio Imparcial, na cidade de Barão de Grajaú no Estado do Maranhão. Inicialmente foi lido o nome da Mesa de Abertura, composta pelo Presidente Pedro Leão Soares Pires - Superintendente Substituto Estadual do IBAMA do Estado do Maranhão; Raimundo Nonato e Silva – Prefeito de Barão de Grajaú; Moara Menta Giasson – Representante do IBAMA/DILIC; José Ailton de Lima – Diretor de Engenharia da CHESF; José Arnaldo- Vereador Presidente da Câmara de Vereadores de Barão de Grajaú; Zé Mário - Prefeito de São João dos Patos; Chico Prechó – Prefeito de São Francisco do Maranhão; Ovidio Carvalho – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barão de Grajaú. O Presidente da Mesa, Pedro Leão Soares Pires, abriu os trabalhos da Audiência e passou a palavra para Moara Menta Giasson para leitura do regulamento da Audiência Pública. Em seguida, passou-se a palavra para: José Ailton de Lima – representante da CHESF, que agradeceu a presença de todos e destacou a importância dos estudos realizados pelo consórcio proponente e da relevância da obra para o desenvolvimento regional; para Zé Mário - Prefeito de São João dos Patos, que destacou a importância da obra para a região; para Raimundo Nonato e Silva – Prefeito de Barão de Grajaú, que manifestou apoio ao empreendimento e cobrou responsabilidade do empreendedor e do IBAMA para mitigar impactos. A Mesa de Abertura foi desfeita e a Mesa Diretora foi formada pelo Presidente Pedro Leão Soares Pires - Superintendente Substituto Estadual do IBAMA do Estado do Maranhão; Moara Menta Giasson – Secretária Executiva da Mesa Diretora e Representante do IBAMA/DILIC; Guilherme dos Santos Floriani – Secretário Executivo da Mesa Diretora e Representante do IBAMA/DILIC; Severino Moraes – representante da CHESF, CNEC, Energimp e Queiroz Galvão; e Paula Guedes, responsável pelos estudos ambientais. A palavra foi passada à representante do IBAMA/DILIC, Moara Menta Giasson que explicou o papel e as etapas do licenciamento ambiental - destacando a fase em que se encontram os AHEs Cachoeira e Estreito, no caso a etapa de Licença Prévia -, e a importância da Audiência Pública no processo de licenciamento ambiental para apresentar os impactos dos empreendimentos. Dando prosseguimento, foi convidado o Sr. Kalil Farran, representante da CNEC Engenharia, que agradeceu a presença de todos, apresentou os proponentes do projeto, fez um breve histórico dos empreendimentos propostos para o rio Parnaíba e destacou os temas a serem abordados na presente Audiência Pública. Em seguida, a palavra foi passada a Fernando Machado, que abordou questões técnicas inerentes aos aspectos de engenharia dos AHEs Cachoeira e Estreito. Logo após, o professor Recena, da empresa Projetec, apresentou os resultados dos estudos realizados na bacia do rio Parnaíba para a análise da viabilidade ambiental dos empreendimentos: dados socioeconômicos, comunidades atingidas, a condição de atingido e os impactos ambientais decorrentes dos empreendimentos



e seus respectivos planos e programas de mitigação. Retomou a palavra o Mestre de Cerimônias para comunicar o intervalo de 15 minutos para o lanche e, na sequência, a abertura do espaço para a formulação de perguntas relacionadas aos empreendimentos a serem respondidas pelos técnicos responsáveis pelo estudo. Após o lanche foi retomada a mesa, sendo dada a palavra ao seu Presidente, o qual informou aos presentes que questionamentos podem ser enviados ao IBAMA dentro de um prazo de 15 dias. Deu-se início à fase de leitura dos questionamentos, agrupados em blocos de 20 perguntas de acordo com o assunto, seguidos de respostas da CNEC, CHESF e IBAMA. Houve, além de manifestações, perguntas escritas e questionamentos com uso do microfone, os quais versaram sobre: indenização de imóveis, benfeitorias, atividades econômicas, posseiros; hipotecas e financiamentos; realocação de estruturas, cemitérios, pessoas, comunidades e animais existentes nas propriedades; definição de locais para reassentamento; os próximos passos a serem tomados caso seja liberada licença para construção; área remanescente improdutiva; tempo previsto para pagamento das indenizações; dúvidas quanto à precisão da demarcação das cotas de inundação e ao alagamento de localidades (propriedades, patrimônios histórico e arqueológico); dúvida quanto aos benefícios trazidos pelos empreendimentos; dúvida quanto à intenção do empreendedor em construir as 05 usinas ou apenas as apresentadas nesta Audiência; data de início e término e duração das obras (se as construções das usinas se darão ao mesmo tempo ou separadas); falta de informações, no estudo, sobre o Estado do Maranhão; capacitação e contratação de mão de obra, priorizando os moradores da região; proposição feita em Audiência pelo MPE para criação de um escritório do IBAMA e do empreendedor em Barão de Grajaú, assinatura de um termo de compromisso e criação de um comitê de co-gestão deliberativo, com participação da população, sobre os programas a serem implantados; relação custo x benefício da instalação das usinas do rio Parnaíba; afirmação feita pela Deputada Estadual Helena Barros Heluy de que a empresa que elaborou os estudos já poderia firmar um termo de compromisso para que o futuro empreendedor viesse apenas a materializar o compromisso firmado; construção de eclusas e manutenção da navegabilidade; contratação de empresa para elaboração dos estudos feita pela própria empresa proponente dos AHEs; a representante do CNEC, Paula Guedes, informa que, apesar de não constar nos programas existentes no EIA, a empresa está propondo, desde a primeira Audiência, a criação de comitês de co-gestão deliberativos; risco de ruptura e segurança da obra; quem procurar para obter maiores esclarecimentos sobre os empreendimentos e sobre o processo de licenciamento no IBAMA; laboratório de alevinos para repovoamento de ictiofauna; compensação financeira x perda de terras agricultáveis; cadastro socioeconômico; solicitação da emissão da LP apenas após aprovação da redistribuição do recurso financeiro relacionado às casas de força a serem implantadas; abordagem genérica, incompleta e equivocada de assuntos constantes do Rima, como flora, avifauna, ictiofauna, atividade pesqueira, quantitativo de atingidos; manutenção de fontes de trabalho e renda de populações tradicionais; aplicação



e destinação dos recursos financeiros que serão destinados aos municípios com a construção dos AHEs; assistência psicossocial; interrupção de investimentos, como plantações, para evitar prejuízo futuro; valores a serem utilizados nos processos de indenização de estruturas atingidas; quantitativo da área alagada na localidade de Bem Quer, ao que foi respondido pela consultora do CNEC, Adelina Teixeira Nogueira, que na atual etapa do processo pode-se dizer o que será afetado, mas não o quanto será afetado, sendo esse trabalho feito posteriormente à emissão da LP e definição do empreendedor com a demarcação das cotas em campo; dúvidas sobre cadastramento para empregos provenientes da implantação dos AHEs; uso de outras tecnologias de turbinas para geração de energia hidrelétrica; dúvidas quanto à obrigatoriedade da construção das barragens; alteração do regime do rio de lótico para lântico; impacto na vegetação e na fauna existente na área a ser alagada, especialmente quanto ao grupo de avifauna que se reproduz exclusivamente em matas ciliares; questionamentos sobre a possibilidade de deliberação, em Audiência, para implantação ou não dos AHEs. Assinaram a lista de presença 1.392 pessoas. Encerrados os debates, às 21h20 o Presidente da Mesa Diretora considera a Audiência Pública válida, tendo em vista que os procedimentos de divulgação foram atendidos conforme preconiza a Legislação Ambiental vigente. Agradece a presença de todos os participantes e convidados presentes e dá por encerrado os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que eu e os demais participantes assinamos.

Presidente da Mesa: Pedro Leão Soares Filho



Secretária Executiva da Mesa Diretora: Moara Menta Giasson



Representante dos Proponentes dos Projetos: Severino Moraes



Responsável pela elaboração da Ata: Fabíola Schupcheki Cleto

